

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA**
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica

RYHÃ HENRIQUE CAETANO E SOUZA

**LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS:
Representações da ditadura de Stroessner e ensino de história**

**Uberaba-MG
2023**

RYHÃ HENRIQUE CAETANO E SOUZA

**LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS:
Representações da ditadura de Stroessner e ensino de história**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Gestão das Organizações e Políticas Públicas para a Educação Tecnológica e Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Clayton F. Brettas.

**Uberaba-MG
2023**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Uberaba-MG

S89r Souza, Ryhã Henrique Caetano e
Livros didáticos paraguaios: Representações da ditadura de Stroessner e
ensino de história /
Ryhã Henrique Caetano e Souza– 2023.
94f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) -
Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG, 2023.

1. Memória. 2. Ensino de história. 3. Livro didático. 4. Paraguai.
5. Stroessner. I. Brettas, Anderson Claytom Ferreira. I. Título.

CDD 907

RYHÃ HENRIQUE CAETANO E SOUZA

**LIVRO DIDÁTICO PARAGUAIO:
Representações da ditadura de Stroessner e ensino de história**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Gestão das Organizações e Políticas Públicas para a Educação Tecnológica e Profissional

Uberaba, 14 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Clayton Ferreira Brettas
(IFTM – Orientador)

Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
(IFTM – Membro Interno)

Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo
(UNILA – Membro Externo)

RYHÃ HENRIQUE CAETANO E SOUZA

LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS: Representações da ditadura de Stroessner e ensino de história.

FOLHA DE APROVAÇÃO DEFESA DISSERTAÇÃO

Data da aprovação: 29/11/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas

IFTM Campus Uberaba

Membro Titular

Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins

IFTM Campus Uberaba

Membro Titular

Prof.^a Dr.^a Hernán Venegas Marcelo

Membro Externo - UNILA

Local: Sala de Videoconferência - Google meet - meet.google.com/tuq-yuho-hwr

**ANDERSON CLAYTOM FERREIRA BRETTAS
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO**



Documento assinado eletronicamente por ADRIANO EURIPEDES MEDEIROS MARTINS, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 15/12/2023, às 07:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HERNÁN VENEGAS MARCELO
UNILA - MEMBRO EXTERNO DE BANCA DE QUALIFICAÇÃO/DEFESA DE MESTRADO/PÓS-GRADUAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por HERNÁN VENEGAS MARCELO, UNILA - MEMBRO EXTERNO DE BANCA DE QUALIFICAÇÃO/DEFESA DE MESTRADO/PÓS-GRADUAÇÃO, em 15/12/2023, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **632A2CF** e o código CRC **6AAEB0B7**.

Referência: NUP: 23200.010625/2023-23

DOCS nº 0000548366

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei, que agradecer fosse tão difícil e complicado. É impossível, mencionar todos aqueles que nos motivaram, nos forneceram ideias, força e contribuição de distintas formas. Lembro-me, de muitos companheiros de classe, colegas de profissão, camaradas de luta, alunos e familiares, que me alçaram até este degrau. Não cheguei aqui sozinho.

Apropriando-me dos dizeres de Fernando Pessoa, sei que “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”, e, acerca disso, aproveito para agradecer a meu orientador; Anderson Brettas, um Camarada batuta, de luta e de coração enorme, um professor que me incentivou não só a me tornar um pesquisador e acadêmico de melhor estirpe, como uma pessoa melhor. É impossível, não aprender humanidade com o senhor, um companheiro de coração caloroso, sorriso franco e aberto, sempre disposto a ouvir. Obrigado, pela paciência e compreensão professor.

Ademais, gostaria de avisar que esta escrita não estabelece ordem de importância, o agradecimento é fruto, de uma gratidão eterna para os que aqui forem mencionados. Assim, gostaria de saudar a todos os professores que contribuíram com minha formação desde minha mais tenra idade.

Aproveito para reafirmar, que a educação é o único meio de transformação possível em uma sociedade tão desigual, sendo também, uma das ferramentas para a construção de um sujeito crítico e reflexivo.

Reconheço, que este momento é uma conquista coletiva e não seria possível sem minha família, assim, se sintam abraçados: mãe: Iraci Caetano da Silva, pai: Luiz Henrique de Souza e minha irmã: Rhaíra Helena Caetano e Souza, hoje, mãe de Cássio e Clara, meus sobrinhos amados e flamenguistas, não é Vinícius?

A seguir, agradeço a pessoa com a qual decidi viver, a qual amo e admiro pela inteligência, elegância, proatividade, carinho, alegria, graciosidade, beleza e claro paciência, pois me suportar é provavelmente difícil. Flávia, desejo sua felicidade eterna, que seus sonhos, tornem-se realidade, e que a nova empreitada pela qual agora navegas, lhe traga ao final os frutos almejados. **TE AMO.**

Não posso, de forma alguma, esquecer de Vitor Sérgio de Almeida, uma dessas pessoas que encontramos em nossa jornada, que se tonam imprescindíveis. Saiba camarada, que não teria sido possível concorrer, passar e realizar meu mestrado com tanto

êxito sem você. Você é, e será sempre, uma unidade de medida em minha vida. Obrigado, muitíssimo, obrigado.

À Cosme pelas ideias, caronas, um camarada de aventuras no chão da escola. Ao Bruno Gomes Machado, meu amigo, um ser excepcional de franqueza sem igual e de índole ilibada, e ao herói do cotidiano, Jocsã Pereira de Paula, um ser iluminado que mesmo com toda adversidade é forte, aguerrido, alegre e sempre disposto a entregar uma palavra de conforto e solidariedade

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pois acredito que mencionar a minha origem é valorizar meu passado e minha história. Ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro e ao corpo docente do mestrado profissional em educação tecnológica, que me recebeu e pacientemente me tornou mestre. Viva o ensino público, gratuito e de qualidade!

A Juno, ao professor Adriano e a todos que com seus apontamentos e conselhos contribuíram muitíssimo, para este texto final. Aos meus colegas de turma VII, a Thiago Lira, um colega de IFTM, que comigo compartilhou conhecimentos, descobertas, dúvidas, angústias, medos e com o qual trabalhei conjuntamente em textos, resumos e artigos.

Além disso, deixar de agradecer aos meus alunos e ex-alunos é imperdoável, pois, minha profissão, tem desafios, tristezas e alegrias só que só tem sentido, porque vocês existem e me ouvem.

La Memoria

León Gieco

Los viejos amores que no están
La ilusión de los que perdieron
Todas las promesas que se van
Y los que en cualquier guerra se cayeron
Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia
El engaño y la complicidad
De los genocidas que están sueltos
El indulto y el punto final
A las bestias de aquel infierno
Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia
La memoria despierta para herir
A los pueblos dormidos
Que no la dejan vivir
Libre como el viento
Los desaparecidos que se buscan
Con el color de sus nacimientos
El hambre y la abundancia que se juntan
El maltrato con su mal recuerdo
Todo está clavado en la memoria
Espina de la vida y de la historia
Dos mil comerían por un año
Con lo que cuesta un minuto militar
Cuántos dejarían de ser esclavos
Por el precio de una bomba al mar
Todo está clavado en la memoria
Espina de la vida y de la historia
La memoria pincha hasta sangrar
A los pueblos que la amarran
Y no la dejan andar
Libre como el viento
Todos los muertos de la AMIA
Y los de la embajada de Israel
El poder secreto de las armas
La justicia que mira y no ve
Todo está escondido en la memoria
Refugio de la vida y de la historia
Fue cuando se callaron las iglesias
Fue cuando el fútbol se lo comió todo
Que los padres palotinos y Angelelli
Dejaron su sangre en el lodo

Todo está escondido en la memoria
Refugio de la vida y de la historia
La memoria estalla hasta vencer
A los pueblos que la aplastan
Y que no la dejan ser
Libre como el viento
La bala a Chico Mendes en Brasil
Ciento cincuenta mil guatemaltecos
Los mineros que enfrentan al fusil
Represión estudiantil en México
Todo está cargado en la memoria
Arma de la vida y de la historia
América con almas destruidas
Los chicos que mata el escuadrón
Suplicio de Mugica por las villas
Dignidad de Rodolfo Walsh
Todo está cargado en la memoria
Arma de la vida y de la historia
La memoria apunta hasta matar
A los pueblos que la callan
Y no la dejan volar
Libre como el viento
Libre como el viento

À

Fla, Iraci, Luiz, Rha,

Cássio e Clara.

Pan, Nina e Kiara.

E ao Futuro.

RESUMO

Esta dissertação, de mestrado em Educação Tecnológica e Profissional, tem como objetivo principal, investigar os impasses entre o que denominamos de mecanismo dialético da memória, a saber: esquecimento e lembrança. Além disso, neste trabalho, refletiremos sobre os impasses entre o esquecimento produzido pelos agentes de Estado, em especial o promovido durante a ditadura de Alfredo Stroessner. Nossas indagações versam sobre as possibilidades de uso da memória enquanto instrumento político para a manutenção do discurso hegemônico. O presente texto divide-se em três momentos: primeiramente, retomamos conceitos provenientes da filosofia e da sociologia que possam contribuir para a nossa compreensão teórica acerca dos usos da memória enquanto elemento de representação do passado. Em seguida, abordamos os usos da memória e seu principal elemento, o esquecimento, pronunciado pelos lugares de memória por meio da seleção do que deve ser preservado e/ou dito. Por último, buscamos demonstrar que a memória é fluida e carregada de codificações que somente têm sentido no seio da sociedade e que opera no campo historiográfico como uma arma política. Acreditamos que cabe ao historiador atuar, em meio a este território em disputa, em favor dos esquecidos e dos relegados; por meio da pedagogia da memória, que é uma abordagem no ensino de história que visa por meio da memória coletiva acessar o passado. Assim, ao explorar diferentes narrativas e pontos de vista, os estudantes são desafiados a questionar visões tradicionais da história e a considerar como essas narrativas influenciam nossa compreensão do presente. O uso da pedagogia da memória, destaca a importância do uso de fontes primárias como mecanismos de compreensão dos eventos passados. Essas fontes possibilitam a (re)construção de novas narrativas, levando o discente a perceber que o passado e a memória são constantemente reescritos e que seus sentidos se modificam conforme a leitura e interpretação das fontes disponíveis no presente. Como resultado de nossa reflexão, apontamos a necessidade de contar a história que a história não conta e trazer à baila as memórias escamoteadas pelo véu do consenso, promovendo, pois, a justiça de transição e a reparação histórica. Logo, acreditamos que os educadores e os docentes em História devam balizar seus planos e propostas de curso para o ensino de história, por meio da pedagogia da memória. Assim, procuraremos nos livros didáticos paraguaios, através de uma análise qualitativa, avaliar de que maneira os livros didáticos de história tem abordado este tema atinente à ditadura mais longa da América.

Palavras-chave: memória; ensino de história; livro didático; paraguai; stroessner.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the impasses between what we call the dialectical mechanism of memory, namely: forgetting and remembering. In addition, in this work, we will reflect on the impasses between the forgetting produced by state agents, especially that promoted during the dictatorship of Alfredo Stroessner. Our inquiries are about the possibilities of using memory as a political instrument to maintain the hegemonic discourse. The present text is divided into three moments. First, we revisit concepts from philosophy and sociology that can contribute to our theoretical understanding of the uses of memory as an element of representation of the past. Then, we address the uses of memory and its main element, forgetting, pronounced by places of memory through the selection of what should be preserved and/or said. Finally, we seek to demonstrate that memory is fluid and loaded with codifications that only make sense within society and that operate in the historiographical field as a political weapon. We believe that it is up to the historian to act in this disputed territory in favor of the forgotten and relegated; through the pedagogy of memory, which is an approach in history teaching that aims to access the past through collective memory. The historian/teacher who uses this pedagogical resource does not approach traumatic events simply with the presentation of facts and dates, his approach seeks to involve students in an active process of historical investigation, allowing them to explore personal, family and community experiences that framed the past, thus leading them to inquire into established historical narratives. Thus, by exploring different narratives and points of view, students are challenged to question traditional views of history and consider how these narratives influence our understanding of the present. The use of memory pedagogy highlights the importance of using primary sources as mechanisms for understanding past events. These sources enable the (re)construction of new narratives, leading students to realize that the past and memory are constantly rewritten and that their meanings change according to reading and interpretation of available sources in the present. As a result of our reflection, we point out the need to tell the story that history does not tell and bring to light memories hidden by the veil of consensus, thus promoting transitional justice and historical reparation. Therefore, we believe that educators and history teachers should guide their plans and course proposals for history teaching by memory pedagogy. Thus, we will look at Paraguayan textbooks through a qualitative analysis to see how history textbooks have addressed this topic related to America's longest dictatorship.

Keywords: memory; history teaching; textbook; paraguay; stroessner.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo investigar los impasses entre lo que denominamos mecanismo dialéctico de la memoria, a saber: olvido y recuerdo. Además, en este trabajo, reflexionaremos sobre los impasses entre el olvido producido por los agentes del Estado, especialmente el promovido durante la dictadura de Alfredo Stroessner. Nuestras indagaciones versan sobre las posibilidades de uso de la memoria como instrumento político para el mantenimiento del discurso hegemónico. El presente texto se divide en tres momentos. En primer lugar, retomamos conceptos provenientes de la filosofía y la sociología que puedan contribuir a nuestra comprensión teórica acerca de los usos de la memoria como elemento de representación del pasado. A continuación, abordamos los usos de la memoria y su principal elemento, el olvido, pronunciado por los lugares de memoria a través de la selección de lo que debe ser preservado y/o dicho. Por último, buscamos demostrar que la memoria es fluida y está cargada de codificaciones que solo tienen sentido en el seno de la sociedad y que opera en el campo historiográfico como un arma política. Creemos que corresponde al historiador actuar en este territorio en disputa en favor de los olvidados y relegados; a través de la pedagogía de la memoria, que es un enfoque en la enseñanza de historia que busca acceder al pasado a través de la memoria colectiva. El historiador/docente que utiliza este recurso pedagógico no aborda los eventos traumáticos simplemente con la presentación de hechos y fechas, su enfoque busca involucrar a los estudiantes en un proceso activo de investigación histórica, permitiéndoles explorar las experiencias personales, familiares y comunitarias que enmarcaron el pasado, llevándolos así a indagar las narrativas históricas establecidas. Así, al explorar diferentes narrativas y puntos de vista, los estudiantes son desafiados a cuestionar visiones tradicionales de la historia y considerar cómo estas narrativas influyen en nuestra comprensión del presente. El uso de la pedagogía de la memoria destaca la importancia del uso de fuentes primarias como mecanismos para comprender los eventos pasados. Estas fuentes permiten la (re)construcción de nuevas narrativas, llevando al estudiante a percibir que el pasado y la memoria se reescriben constantemente y que sus sentidos cambian según la lectura e interpretación de las fuentes disponibles en el presente. Como resultado de nuestra reflexión, señalamos la necesidad de contar la historia que no cuenta la historia y sacar a relucir las memorias escondidas tras el velo del consenso, promoviendo así la justicia transicional y la reparación histórica. Por lo tanto, creemos que los educadores y docentes en historia deben guiar sus planes y propuestas de curso para la enseñanza de historia por medio de la pedagogía de la memoria. Así, buscaremos en los libros didácticos paraguayos a través de un análisis cualitativo analizar cómo los libros didácticos de historia han abordado este tema pertinente a la dictadura más longeva de América.

Palabras clave: memoria; enseñanza de historia; libro didáctico; paraguay; stroessner.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultado da Pesquisa Bibliográfica Realizada nas Bases de Dados.....	21
Tabela 2: Levantamento de livros acadêmicos publicados.	23
Tabela 3: Livros didáticos paraguaios	29

FIGURAS

Figura 1 – Abertura de unidade do livro.....	57
Figura 2 – Transformação urbana da cidade de Asunción, Paraguai.....	66
Figura 3 – Marcha de soldados paraguaios para a Guerra do Chaco.....	69
Figura 4 – Cronologia tradicional dos presidentes paraguaios.....	70
Figura 5 – Modelo de atividade discente presente ao final de cada capítulo.....	76
Figura 6 – Apresentação temática da Unidade 5	77
Figura 7 – Propaganda do governo de Stroessner	78
Figura 8 – Exemplo da disposição de imagens e textos na obra	79
Figura 9 – Características políticas e sociais do governo de Stroessner.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
A Constituição do Objeto de estudo e sua estruturação no corpus textual.....	17
CAPÍTULO I	20
Levantamento bibliográfico de pesquisas acadêmicas sobre a Ditadura Paraguaia de Alfredo Stroessner	20
1.1 Ditadura Stroessner.....	21
1.2 Alfredo Stroessner	22
1.3 História paraguaia:.....	23
1.4 Justificativa, objetivos e pergunta de pesquisa	24
1.5 Metodologia.....	28
1.6 Organização dos capítulos	31
CAPÍTULO II.....	33
O DIREITO À MEMÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO USO DA MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DO PASSADO	33
2.1 O campo historiográfico e a memória: questões epistemológicas.....	33
2.2 História, memória e ensino: possibilidades para a construção de uma pedagogia da memória.....	38
2.3 Os arquivos do terror como objetos da pedagogia da memória.....	43
2.4 As disputas políticas pela memória	43
2.5 O tempo histórico nos livros didáticos e os desafios do uso da memória	44
2.6 A memória de transição e sua importância como elemento da pedagogia da memória no ensino de história.....	49
CAPÍTULO III	53
O Livro Didático como mecanismo e instrumento de poder: uma análise das narrativas históricas, das representações do passado e da construção da memória em materiais didáticos paraguaios.....	53
3.1 Características gerais do livro didático	55
3.2 Apresentação técnica do livro de Crimi.....	55

3.3 A 1ª unidade do livro didático e nossas percepções	58
3.4 A 2ª unidade do livro e nossas percepções	63
3.5 A 3ª unidade do livro e nossas percepções	67
3.6 A Guerra do Chaco	71
3.7 A 4ª unidade do livro do nono ano e nossas percepções	72
3.8 A 5ª unidade do livro do nono ano e nossas percepções	76
3.9 Destaques do livro didático referente ao governo de Alfredo Stroessner	79
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A Constituição do Objeto de estudo e sua estruturação no corpus textual.

O objeto desta investigação, via de regra, está ancorado em aspectos subjetivos do pesquisador e é muitas vezes processo de inquietação que emerge durante a formação e ou prática docente. O interesse em pesquisar o Stronato¹, Regime político, cultural e social que vigou no Paraguai, de 1954 a 1989, sob a tutela de Alfredo Stroessner, advém do fato de que ao contrário de outras ditaduras e regimes de exceção que no final de seus governos procuraram se desfazer de toda comprovação de seus atos arbitrários, o regime paraguaio os catalogou e os arquivou em um depósito que, em 1992, ficou denominado: “Arquivos do Terror”².

Essa descoberta, ocorrida durante a graduação em história, por meio da Universidade Federal de Uberlândia, conjuntamente a meu interesse pela América Latina e pela história das ditaduras sul-americanas, me motivou a perseguir no mestrado o estudo da Ditadura de Alfredo Stroessner e, tratando-se de um mestrado em educação tecnológica, selecionei para investigação o livro didático Paraguaio de autoria de: Águeda Crimi de Villasboa, procurando, analisar de que forma o material didático apresenta o Stronato.

A minha trajetória, como professor em cursinhos alternativos de ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e vestibular, e como professor contratado do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Uberlândia, logo em seguida, nomeado professor titular do Estado de Minas e, ainda, docente de instituição particular, me fizeram observar que, o conhecimento escolar concernente as ditaduras civis militar do Cone Sul são exiguamente exploradas em material didático brasileiro e é do estudante e dos docentes superficialmente conhecidas.

A princípio, passei a me indagar de que maneira o ensino das ditaduras civis militares era abordado em livros didáticos de países do Cone Sul, em especial, a

¹ Consideramos o Stronato, distinto das tradicionais ditaduras do Cone Sul, no mesmo período por ter desenvolvido e reelaborado novas concepções discursivas acerca da história paraguaia utilizando-a, bem como a memória coletiva para sua manutenção e perpetuação no poder. Para mais, recomendamos a leitura de SOLER, Lorena. **Una vez más, como pensar el stronismo Una agenda de inconformidades.** Disponível em revistas.unila.edu.br.

² Nomenclatura adotada, pela imprensa Paraguai após a descoberta dos arquivos do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos do poder Judiciário em 1992, com inúmeros registros da polícia política stronista, de prisões, torturas, interrogatórios de opositores, jornalistas e cidadão comuns monitorados pelo regime stronista em sua mais diversas ações cotidianas.

paraguaia, pois, conforme mencionado anteriormente, o Estado ditatorial paraguaio coletou e catalogou a documentação e a deixou arquivada. Sendo assim, a nosso ver, é possível e menos dispendioso o exame histórico sobre este período traumático da história da latino-americana.

Além disso, o regime paraguaio é, em específico, fonte permanente de indagação para mim, pois foi a ditadura de maior longevidade e que se estabeleceu com características peculiares, frente as suas contemporâneas no Cone Sul. Em especial, as relações entre a sociedade civil, partidos políticos e setores militares, sendo que foi, também, um regime que se estabeleceu ao redor de uma única figura, o General Alfredo Stroessner Matiauda (1912-2006) distinguindo-se assim, da ditadura brasileira por exemplo.

Em decorrência dessas inquietudes vivenciadas em minha prática laboral, elaborei um projeto de pesquisa com vistas a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (PPGET-MPET-IFTM),

O projeto, sofreu por parte do orientador adequações referentes ao período a ser estudado e a metodologia empregada. Primeiramente, quando apresentei o projeto para ingresso no programa, ensinava realizar uma pesquisa puramente bibliográfica, comparando e revisando os estudos acadêmicos produzidos no Brasil e no Paraguai acerca do Stronato. Entretanto, por orientação do professor Anderson Brettas, nosso **objetivo** nesta dissertação é observar de que forma a memória relativa ao Stronato é, conjuntamente, com as produções acadêmicas, mediada no ensino de história e como são representados discursivamente nos livros didáticos paraguaios.

Enfatizamos, que as aflições alusivas à graduação e à minha experiência laboral tornaram-se elementos essenciais para a composição do objeto. Assim, em reuniões de orientação realizadas uma divisão do trabalho que atendesse as inquietações acima elencadas e ao programa de mestrado me foi exposta e prontamente aceita, descortinando e aprofundando outros temas subjacentes que até então não havia percebido. Assim, no primeiro capítulo, discorreremos acerca das representações da memória referente ao stronato e às possibilidades do uso da memória como elemento didático.

Frisamos neste capítulo, o debate atinente ao Estado da arte levantado, com vistas a compreender como encontra-se a discussão historiográfica referente ao período em artigos, teses, dissertações e livros acadêmicos de autores brasileiros e paraguaios e de

que forma se estabelece e se desenvolve o ensino de história do paraguaio em livros didáticos.

Nos dois próximos capítulos, abordaremos e discutiremos, à luz das pesquisas acadêmicas já produzidas acerca do ensino de história e de pedagogia da memória a construção gráfica, iconográfica, textual do material didático que será nossa fonte primária de elementos acerca da maneira com a qual a ditadura de Stroessner é abordada com fins didáticos.

Concomitante a isso, buscaremos investigar nos livros didáticos paraguaios como os trabalhos acadêmicos têm sido mediados nos discursos didáticos difundidos. Sendo assim, faremos uso para esta análise de uma leitura cuidadosa e de **concepções teóricas** que remontam a conceitos como representações, discurso hegemônico, narrativa histórica, memória, lugares de memória, narrativa histórica, ensino de história, pedagogia da memória, entre outros.

Analisaremos assim, especificamente, os livros produzidos pela Editora Atlas dedicados a história do Paraguai e em especial a unidade dedicada a Stroessner. Objetivamos à análise dos elementos: gráficos, iconográficos, textuais, a distribuição interna dos textos complementares, bem como a análise das atividades e exercícios de fixação. Nosso **objetivo secundário** e não menos relevante, é buscar o não dito, o silenciado, ou seja, desejamos com estas apreciações, averiguar as possibilidades dos usos da pedagogia da memória de eventos traumáticos, como mecanismo capaz de impossibilitar os silenciamentos produzidos pelo discurso oficial.

Assim, desejamos observar nos materiais didáticos como a historiografia e a pedagogia da memória têm sido edificadas em uma narrativa histórica e se essa narrativa difundida e apresentada nos livros didáticos paraguaios tem contribuído para a quebra crítica do discurso hegemônico concernente ao período.

Dessa maneira, entrelaçaremos os usos da memória e suas possibilidades pedagógicas abordadas no capítulo primeiro aos temas elencados nos capítulos seguintes. Ainda, de que modo tais temas procuram debater a abordagem dada às referências historiográficas e ao trabalho do historiógrafo nos materiais didáticos atinentes ao stonismo, compreendendo a função política da narrativa e a disputa pela memória.

CAPÍTULO I

Levantamento bibliográfico de pesquisas acadêmicas sobre a Ditadura Paraguaia de Alfredo Stroessner

Uma das primeiras ações na organização e sistematização desse estudo consistiu em apurar, de modo substancial, os trabalhos realizados sobre a ditadura paraguaia em base de dados. Para tanto, as expressões: “**Stroessner**”, “**ditadura “Stroessner**”, “**Alfredo Stroessner**”, “**Ditadura paraguaia**”, “**história paraguaia**”. Passaram a compor o sustentáculo pelo qual iríamos elaborar nosso Estado da Arte.

Ressaltamos que todos os termos foram analisados por meio de filtros de seleção que se encontram disponíveis nas próprias bases de dados e plataformas. Assim, a prospecção de dados se desenvolveu de forma virtual no sítio eletrônico de cada um dos bancos de dados.

Além disto, apontamos para as seguintes delimitações observadas desde de nossa primeira prospecção de dados que ocorreu no dia 16 de outubro de 2022, a saber: temática, assunto, periodização, pois o levantamento pretendeu abarcar um recorte de textos que continham de forma genérica e específica o tema abordado – a Ditadura Stroessner.

Enfatizamos que, após esse empreito, fizemos análise minuciosa e uma nova seleção se fez necessária para refinarmos os materiais coletados a fim de separar àqueles que nos forneceriam informações precisas e relevantes relativas ao tema estudado.

As bases de dados digitais utilizadas foram escolhidas por serem, dentro do ambiente científico, referências em busca e divulgação de trabalhos científicos. Frisamos que sempre empregamos filtros de seleção para tornar a busca mais efetiva e para dinamizarmos os arquivos recuperados.

Sendo assim, após essas retificações, apresentamos as **bases de dados** que são as seguintes: Google Acadêmico, Catálogo de teses e dissertações da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e a Biblioteca Eletrônica Científica (SciElo). A seguir, apresentamos uma tabela com um inventário de teses, dissertações e artigos relativas ao objeto estudado.

Tabela 1- Resultado da Pesquisa Bibliográfica Realizada nas Bases de Dados

Pesquisa Bibliográfica						
Palavras e expressões chave	Google Acadêmico		Portal de Periódicos CAPES		SciElo	
	Rec.	Sel.	Rec.	Sel.	Rec.	Sel.
Assunto						
“Stroessner”	35	13	28	02	09	03
"ditadura Stroessner"	12	09	05	02	03	01
"Alfredo Stroessner"	11	08	16	06	05	01
Ditadura paraguaia"	05	05	01	00	01	00
“história paraguaia”	07	03	05	01	03	00
Total	70	38	55	11	21	05

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Destacamos que, nessa primeira tabela, divididos os trabalhos entre os que foram recuperados das bases de dados, doravante denominados (Rec) e os selecionados doravante denominados (Sel). Dessa maneira, discorreremos a seguir a forma processual que utilizamos para identificar os referidos trabalhos de acordo com cada descritor.

O termo “Stroessner” foi pesquisado na plataforma do sítio Google acadêmico com aspas e com os seguintes filtros. *Pesquisa avançada > frase exata > com todas as palavras > com a frase exata*. Além disso, foi adicionado à seleção “*onde minhas palavras ocorrem*” a opção “*no título do artigo*”. Salientamos que, após a inserção desses filtros, retiramos a opção *> com citação*. Assim, foram recuperados 38 arquivos dos quais, 03 são livros que, depois da análise da introdução e do sumário, não foram por nós utilizados. Conseqüentemente, dos demais 35 arquivos, 13 foram por nós selecionados.

Além disso, o termo “Stroessner” foi consultado no Catálogo de Teses e Dissertações do portal Capes com a inserção de aspas como único filtro. Essa pesquisa, recuperou 28 resultados, sendo que, após análise e leitura dos mesmos, foram selecionados 02 trabalhos para apreciação.

O termo “Stroessner” foi buscado no sítio eletrônico da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciElo) com a utilização de aspas. Recuperou-se, nesse procedimento, 09 fontes bibliográficas dentre artigos, dissertações e teses, das quais foram selecionadas 03 para compor nossa base de dados.

1.1 Ditadura Stroessner

Outro descritor pesquisado, no site Google Acadêmico, foi o termo "ditadura Stroessner" entre aspas e com o filtro de busca avançada, termo exato e aplicar esta busca somente ao título. Após o procedimento descrito, recuperou-se da base de dados 12

resultados, sendo que 09 foram por nós selecionados. Cabe ressaltar que todos os 9 arquivos se encontram presentes na Busca anterior nesta mesma base dados sob o resultado do descritor Stroessner.

Assim sendo, esse descritor nessa base de dados não nos forneceu novos trabalhos e elementos para reflexão, entretanto, nos demonstrou que a pesquisa relativa à ditadura paraguaia ainda é centrada no personalismo de Stroessner.

O descritor "ditadura Stroessner" também foi pesquisado no Catálogo de Teses e Dissertações do portal Capes, entre aspas e recuperou 05 arquivos dentre os quais 02 foram por nós selecionados por se adequarem ao tema e ao escopo de nossa pesquisa.

Ademais, o termo também foi buscado na Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), recuperando 03 arquivos dentre os quais apenas 01 foi por nós selecionado. Ressaltamos que nessa plataforma o termo não foi pesquisado com o auxílio de aspas, pois, com esse procedimento, os resultados não eram obtidos. Além disso, dentre os arquivos por nós selecionados já se encontravam em outras bases de dados; portanto, não houve acréscimo de material bibliográfico.

No entanto, mesmo não existindo com este descritor novos trabalhos encontrados, mantemos o termo, pois em inúmeros trabalhos a expressão é empregada sendo, portanto, parte integrante do discurso historiográfico e da narrativa didática a fim de denotar um período específico da história nacional paraguaia.

1.2 Alfredo Stroessner

Outro descritor por nós escolhido refere-se ao termo "Alfredo Stroessner". Empregamos nas bases de dados acima referidas a busca por trabalhos com essa temática sempre utilizando aspas como meio de refinar e induzir a ferramenta a resultados mais precisos. Dessa maneira, obtivemos no google acadêmico 11 arquivos recuperados, sendo que destes apenas 08 foram por nós selecionados.

Na Plataforma da Capes, encontramos 16 arquivos, entretanto, apenas 06 deles eram úteis à nossa pesquisa. Cabe ressaltar que a diferença entre o Google Acadêmico e portal Capes se refere a dissertações e teses anteriores à Plataforma Sucupira que são apontadas por este sistema e não são relacionadas na ferramenta do Google. Destarte, não houve nessas bases de dados diferenciação nos materiais coletadas e recuperados.

O terceiro passo foi perscrutar este termo no ScieLo. Neste sítio eletrônico foram encontrados 05 trabalhos dos quais apenas 01 foi por nós selecionado, sendo que este

trabalho já se encontrava presente também nas demais bases de dados. Portanto, percebemos que existem poucas pesquisas, referentes a Alfredo Stroessner no Brasil.

1.3 História paraguaia:

Tabela 2: Levantamento de livros acadêmicos publicados.

AUTOR	TÍTULO DA OBRA	ANO DA ÚLTIMA EDIÇÃO
BOCCIA PAZ, Alfredo	El Paraguay contemporáneo. In: BOCCIA PAZ, Alfredo & RIVAROLA, Milda (org.). Historia general del Paraguay, vol. 3	2013
CHIAVENATO, Julio José	Stroessner: retrato de uma ditadura	1980
GOIRIS, Fabio Anibal Jara	Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo	2000
NICKSON, Andrew	El régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESKA, Ignacio (org.). Historia del Paraguay	2010
MENEZES, Alfredo da Mota	A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980).	1987
ROA BASTOS, Augusto. Prólogo da 1ª edição. In: BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa	Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner. 5ª edição.	2006
SILVA, Paulo Renato da	Lecciones de historia paraguaya”: (re)leituras da história do Paraguai pelo stronismo	2018
SILVA, Paulo Renato da & SILVA, Rosangela de Jesus.	Paz y Progreso”: imágenes y propaganda en la dictadura del general Alfredo Stroessner en Paraguay. In: SILVA, Rosangela de Jesus & LUCERO, María Elena (org.). Política, memoria y visualidad: siglos XIX al XXI	2017
SOLER, Lorena	Paraguay, la larga invención del golpe: el stronismo y el orden político paraguayo	2012
SOLER, Lorena	Stronismo. Nuevas Lupas	2021

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Os livros aos quais fazemos referência nesta seção dizem respeito àqueles produzidos concernentes à ditadura de Alfredo Stroessner. Dessa forma, não incluímos nesta etapa de nosso trabalho a bibliográfica levantada referente ao ensino de história e a memória.

Salientamos que tomamos esse cuidado por considerarmos de extrema importância que os leitores já possam na introdução ter ciência dos livros produzidos

sobre o stronato e perceber por conta desta explanação como o tema tem sido pouco abordado e de que maneira isso tem ocorrido.

O material coletado faz parte de nosso escopo de pesquisa e tem por desígnio auxiliar a compreender e analisar o stronato para que, dessa forma, possamos empreender a investigação concernente aos usos da memória no ensino de história. Portanto, os livros apresentados compõem obras publicadas referentes a essa temática; entretanto, ressaltamos que cuidamos para que, somente, obras de historiógrafos figurassem dentre as selecionadas.

Além disso, a expressão História paraguaia, foi buscada entre aspas no Google Acadêmico e a ela adicionamos outro filtro: o de busca direcionada, procurando somente as produções que tivessem em seu título a supracitada expressão. Isso levou a base de dados a recuperar cerca de 07 arquivos, dos quais foram selecionados para nossa pesquisa apenas 03. Ressaltamos que todos estes trabalhos já haviam anteriormente sido recuperados com a utilização de outro descritor na mesma ou em outra base de dados. Portanto, não houve com esse descritor, nessa base de dados novos arquivos recuperados.

No portal Capes, realizou-se a busca somente pela expressão com a utilização de aspas e os resultados da investigação nos ofereceram 05 trabalhos referentes à temática, dentre os quais, somente 01 foi por nós selecionado por atender ao escopo de nossa análise e por não ter sido recuperado em base de dados anteriores.

A seguir empreendemos a busca no sítio da SciELO fazendo a incursão no buscador com o mesmo termo entre aspas recuperando 03 trabalhos; no entanto, nenhuma das referidas pesquisas foram, após análise atenta e leitura cautelosa, por nós selecionadas, pois não atendiam aos propósitos de pesquisa.

1.4 Justificativa, objetivos e pergunta de pesquisa

Acreditamos que apresentar as justificativas conjuntamente com nossos objetivos e com nossas perguntas de pesquisa, é necessário para melhor compreensão da operação histórica e da análise que será por nos empregada.

Sendo assim, o objetivo desta dissertação de mestrado em educação tecnológica consiste em: *analisar as representações e os discursos difundidos acerca da Ditadura do general Alfredo Stroessner nos livros didáticos paraguaios*³. Salientamos que o

³ Grifos nossos.

conhecimento escolar *Ditadura paraguaia, Stronato e ditadura Stroessner* é de extrema importância para nós, pois possui um sentido de construção da memória nacional, sendo elemento de disputa discursiva e simbólica, por compor distintos projetos de formatação, reparação e acomodação histórica.

Dessa forma, acreditamos que esta pesquisa se justifica por conta de seu potencial analítico, alusivo as representações históricas construídas, difundidas e vinculadas em livros didáticos, atinente a um evento traumático.

Por conseguinte, nossa reflexão consiste em compreender: *a memória coletiva e individual, bem como o discurso historiográfico pronunciado em livros didáticos paraguaios, pelos historiógrafos paraguaios acerca do Stronato e as representações do passado expressas nos discursos oficiais.*

Ensejamos dessa maneira, conjecturar sobre as (im)possibilidades de usos da memória para a edificação de um discurso histórico que tem como fim último atender à concretização de uma memória coletiva crítica acerca da ditadura paraguaia (1954-1989) de Alfredo Stroessner.

Mascena (2017) considerou que a memória não é universalizante dentro do mesmo grupo social, pois cada grupo social possui sua memória, situada de acordo com as disposições mentais e materiais a que estão sujeitos não se descolando do tempo e do espaço ao qual este sujeito encontra-se inserido.

Desse modo, a memória está atrelada ao grupo social ao qual o indivíduo pertence e só pode ser compreendida à luz dos valores, hábitos e costumes desse grupo social ao qual ela se vincula (CALVEIRO, 2006). Tal problemática é por nós compreendida como um ponto de inflexão para a melhor interpretação historiográfica. Afinal, conhecer as dificuldades desse campo de atuação torna-se imperativo para a viabilização das atividades do historiador e da implementação de uma pedagogia da memória.

O historiador inglês Edward Thompson salientou que:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só é “verdadeiro” dentro do campo assim definido (THOMPSON, 1981, p. 49).

Além do mais, cabe ressaltar que a memória, enquanto objeto histórico, compõe um novo campo na esquina da metodologia historiográfica. Porquanto, mesmo sendo necessária e imprescindível há anos para a construção e formatação de um discurso

histórico, ela só se tornou objeto metodológico, com epistemologia e métodos próprios, a partir das críticas ao historicismo e ao positivismo formuladas pelos *Annales*, Movimento historiográfico do século XX, que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*.

Conforme salientam Dosse, 1992; Burke, 1997; Aguirre Rojas, 2004; Barros, 2017, os *Annales*, tinham como objetivo romper com o modelo historiográfico positivista e com a concepção da história como mestra da vida. Distinguiram-se enquanto método historiográfico por implementar e incorporar conceitos e propostas das ciências sociais à História e romper com paradigmas universalizantes, ancorando-se na transdisciplinaridade seu modo e mecanismo de fazer história.

Logo, é sobre a égide dos *Annales* que os historiógrafos procuraram compreender e analisar um evento histórico pelo olhar da história de longa duração. Assim, a historiografia procurará demonstrar os elementos de ruptura e permanência do passado, demonstrando de que forma determinadas continuidades se estabeleceram.

À vista disso, buscamos nos livros didáticos paraguaios, elementos que nos permitiram refletir sobre os usos da memória, para a construção de um discurso que procura romper com a memória e a história de longa duração utilizada por Strossner como elemento de elo entre seu regime e o Estado.

Munakata (2013) assinala que o livro didático, além da função de ‘depositário de conteúdos escolares’, é também ‘depositário de métodos de ensino’. Choppin (2004) e Bittencourt (2008), ao apontarem as funções que os livros didáticos podem exercer, assinalam a função instrumental, segundo a qual o livro didático passa a ser entendido como um instrumento pedagógico, um suporte de métodos técnicas de aprendizagem⁴. Dessa forma, observamos que o desenvolvimento da pedagogia da memória se caracteriza por mudanças marcantes em sua trajetória ao longo do tempo.

Acerca disso, acreditamos que o ensino é portador de um sentido, e que os profissionais manifestam, em sua prática, as concepções culturais e ideológica implicantes do meio em que estão inseridos, conforme Freire (1979, p.8) nos lembra: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”

⁴ Recomendamos a leitura de MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016; CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004; BITTENCOURT, **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Sendo assim, a pedagogia da memória é para nós elemento conceitual que, enquanto instrumento de ensino, está relacionada a concepção do búlgaro Tzvetan Todorov (2000), que avalia a memória individual como memória privada dos eventos traumáticos. Segundo a percepção do autor, esses devem ser transferidos para a esfera pública e, dessa forma, a dor e o trauma seriam compartilhados, analisados e compreendidos por toda a sociedade com o objetivo de promover de forma coletiva, uma construção histórica distinta da narrativa hegemônica.

Afiançamos que o uso do passado e da memória não é imparcial. Gondar (2005) nos lembra que o desafio ao trabalhar com a memória reside no fato de ela ser polissêmica e multifacetada. Logo, o historiógrafo ao escolher e recortar um aspecto deste passado e desta memória, mesmo que involuntariamente, faz uso de concepções ideológicas, políticas e culturais.

Isto posto, nosso *problema de pesquisa direcionou-se à questão: Quais são as possibilidades do uso da memória no ensino de história para a consolidação de uma pedagogia da memória que busque a construção da cidadania e a superação de eventos traumáticos por meio da superação dos discursos de longa duração de caráter hegemônicos?*

Logo, nosso *objetivo geral, consiste em analisar nos livros didáticos paraguaios as (im)possibilidades do uso da memória como recurso pedagógico para a superação de um trauma coletivo*. Ademais, buscaremos como *objetivos secundários:*

a) apreender, a significação social da memória do Stronato nos livros didáticos, e a forma como se solidificou e edificou-se as narrativas e os discursos, referentes ao regime político e sociocultural implementado por Alfredo Stroessner.

b) compreender constituía constituição de uma pedagogia da memória, relativa ao Stronato nos livros didáticos paraguaios, e de que forma os livros didáticos têm abordado e desenvolvido esse conhecimento em sala de aula.

Assim, nossas indagações versaram sobre as possibilidades de uso da memória enquanto instrumento político para superação e/ou manutenção, do discurso hegemônico e como ela tem sido utilizada no ensino de história no Paraguai, em especial nos livros didáticos do nono ano do ensino fundamental e no terceiro ano do ensino médio.

1.5 Metodologia

A metodologia adotada apoiou-se na abordagem *qualitativa* que, conforme Severino (2007, p.119), permite a utilização de conjuntos de metodologias para fins de análise de conteúdo e de discurso.

Denzin e Lincoln (2011) avalizam que o método qualitativo consiste em “um conjunto de práticas interpretativas que faz o mundo visível”. Esse modelo de análise busca adquirir dados descritivos de pessoas, lugares e processos, sendo que sua ocorrência se dá por meio do contato do investigador com aquilo que está sendo pesquisado, ainda, que a compreensão dos eventos se desenvolve segundo as perspectivas epistemológicas do investigador (Godoy, 1995); (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008).

Strauss e Corbin (2015), destacam que a pesquisa qualitativa conta basicamente com três componentes: (a) os dados, que podem vir de várias fontes como entrevistas, observações, documentos, registros e gravações; (b) os meios, que podem ser utilizados para interpretar e organizar os dados; e (c) relatórios escritos e orais, que podem ser apresentados em eventos científicos.

Assim, apontamos que as características gerais da pesquisa qualitativa são: foco na interpretação e não na quantificação; destaque para a subjetividade; o processo de pesquisa é flexível; e existe por parte do pesquisador um maior interesse pelo processo do que pelos resultados.

Ressaltamos que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e também é influenciado por ela. É um método indutivo, sendo sua amostra geralmente pequena, a análise dos dados é descritiva e seus resultados delimitados pelo contexto. (Godoy, 1995; Hancock, 2002).

O autor inglês, Eric Hobsbawm, evidencia que: “todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção” (Hobsbawm,1998, p. 71).

Dessa maneira, nosso recorte temporal incidirá entre os anos de 2010 a 2020, pois objetivamos, assim, comparar a construção historiográfica acerca do stronato nesse período, e de que forma desenvolveu e alcançou os livros didáticos paraguaios, procurando indicar assim, aproximações ou distanciamentos do uso didático da memória nesses materiais.

Nesse sentido, a tabela a seguir busca enunciar os livros didáticos existentes no Paraguai. Salientamos, neste instante, que o livro ao qual dedicaremos as reflexões presentes nesta dissertação é o que atinge a maioria dos estudantes e, por questão de método e de tempo, preferimos nos ater somente a ele. Entretanto, acreditamos que ao investigador comprometido e interessado os demais materiais didáticos poderão contribuir para a elucidação e esclarecimento de diversas outras questões que não são objeto de nossa análise. Logo após a tabela, indicaremos os motivos da utilização destes livros para a construção de nossa dissertação.

Tabela 3: Livros didáticos paraguaios

LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS	AUTORES	STATUS
Paraguay Ñane retá. Estudios Sociales para el 3er. Ciclo de la Educación. Asunción, 2004.	Pedro saccaggio	NÃO SELECIONADO
Historia y Geografía. 8º grado. Assunção: Editorial Don Bosco, 2009.	Mary monte de lópez moreira	NÃO SELECIONADO
História e geografia 2º Curso. Assunção: Editora Alianza editorial, 2017.	Gladys Astigarraga	NÃO SELECIONADO
Historia y Geografía 9º grado. Assunção: Editora Alianza editorial, 2017.	Milda Rivarola	ENCONTRADO. PARCIALMENTE MENSIONADO SEM ANÁLISE.
Historia y Geografía 9º grado. Assunção: Grupo Editorial Atlas, 2020.	Águeda Crimi de Villasboa	SELECIONADO

Fonte: Elaborada pelo autor, 2022.

Os livros didáticos referenciados não serão analisados em sua totalidade, visto que nosso objetivo é investigar como a memória e as representações referentes à ditadura de Stroessner são abordadas em materiais didáticos no Paraguai. Procurando, assim, analisar estes livros a fim de elucidar os discursos, a memória e as representações construídas acerca do stonato.

Acreditamos que ensinar história é desenvolver a *literacia histórica*, que consiste resumidamente em uma maneira de se ler a história, ler o mundo e desenvolver a possibilidade de análise crítica do saber histórico.

A Educação Histórica se preocupa com a busca de respostas referentes ao desenvolvimento do pensamento histórico e a formação da consciência histórica de crianças e jovens. Essa perspectiva parte do entendimento de que a História é uma ciência particular, que não se limita a compreender a explicação e a narrativa sobre o passado, mas possui uma natureza multiperspectivada, ou seja, contempla as múltiplas temporalidades pautadas nas experiências históricas desses sujeitos. (Sobanski *et al.*, 2010, p. 10-11).

Rüsen chama a atenção para três aspectos que o raciocínio histórico requer: a competência interpretativa, que significa conectar conceitos e sentidos com a realidade; ver “o passado no presente”, que implica na construção de valores e significações, por meio da interpretação; e, por último, o raciocínio histórico requer a reconstrução de identidades e a alteridade (Rüsen, 2007, p. 111- 117). Assim, na última perspectiva que analisamos os livros didáticos escolhidos.

Contudo, temos consciência de que o ensino histórico se estabelece e se constrói através e por meio da relação professor aluno e do diálogo aqui compreendido como aquele impetrado por Sócrates e Platão e que diz respeito à construção do conhecimento por e através da troca de saberes entre uma ou mais inteligências. Em outras palavras, a nosso ver é necessário estabelecer uma relação que possa responder aos anseios e aos questionamentos dos discentes evitando, assim, uma educação bancária.

Salientamos que a educação histórica se faz em especial na escola, entretanto, não é somente nela que o estudante acessa informação atinente ao passado, sendo assim, é necessário instigar o aluno a produzir saberes a partir de suas relações e de seu contexto sociocultural.

A docência envolve uma proposta pedagógica e um modo de conceber a produção do conhecimento histórico que estão intimamente ligados. A relação professor-aluno expressa sempre uma concepção de história mesmo quando professores e alunos não se dão conta disso (...). Embora o passado enquanto tal não se modifique, a construção do conhecimento se modifica de acordo com o modo pelo qual o historiador se vê no presente, pensa o social e se insere nele, enquanto sujeito social e enquanto pesquisador (Vieira *et al.*, 2007, p. 65).

Nesse sentido, acreditamos que o docente em história possa levar para as atividades, algumas as inquietudes, instigações e percepções interpretativas acerca do processo histórico e, dessa maneira, transmiti-la aos seus educandos levando-os, também, à construção de um saber dialógico e crítico, fortalecendo no aluno a capacidade de reflexão e análise. Nas palavras de Karnal (2008), “quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa

externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer”.

A respeito disso, compactuamos da perspectiva de Costa (2008), pois partimos do entendimento da existência de uma relação de proximidade e de conexão entre a “História dos historiadores”, acadêmica, e a História escolar, desenvolvida em instituições de educação básica. Ainda que tal relação se faça acompanhar por um procedimento de reelaboração didática, que reconstitui e reconfigura os conhecimentos históricos acadêmicos de acordo com cada contexto. Reconhecer a existência dessa proximidade e conexão entre a História acadêmica e a escolar não é, essencialmente, defender que esta última seja pautada por uma simples relação de transferência de conhecimento de uma à outra.

Sublinhamos que as proposições teóricas de Alice Casimiro Lopes serão para nós guia em nossa análise dos livros didáticos paraguaios e de que forma o saber acadêmico é mediado no principal instrumento didático de ensino de história daquele país. Adotaremos, dessa maneira, para a análise dos livros didáticos paraguaios, o conceito de mediação, desenvolvido por essa autora que afirma:

A mediação didática não deve, por conseguinte, ser interpretada como um mal necessário ou como um defeito a ser suplantado. A didatização não é meramente um processo de vulgarização ou adaptação de um conhecimento produzido em outras instâncias (universidades e centros de pesquisa). Cabe à escola o papel de tornar acessível um conhecimento para que possa ser transmitido. Contudo, isso não lhe confere a característica de instância meramente reprodutora de conhecimentos. O trabalho de didatização acaba por implicar, necessariamente, uma atividade de produção original. Por conseguinte, devemos recusar a imagem passiva da escola como receptáculo de subprodutos culturais da sociedade. Ao contrário, devemos resgatar e salientar o papel da escola como socializadora/produtora de conhecimentos.

Assim sendo, a análise do *corpus* documental selecionado busca investigar a influência e presença da historiografia acadêmica e do debate historiográfico no discurso didático e de que forma esses materiais têm contribuído para a superação do trauma coletivo por meio da pedagogia da memória.

1.6 Organização dos capítulos

De modo geral, esta pesquisa conta com uma estruturação em três capítulos que foram internamente subdivididos, conforme a necessidade de clareza pedagógica.

Caracterizamos os capítulos da seguinte maneira: Introdução, em que construímos as considerações iniciais; I capítulo, destinado aos encaminhamentos teóricos acerca da memória e da possibilidade de uso da pedagogia da memória no ensino de história; II capítulo, cuja abordagem refere-se ao ensino do Stronato em livros didáticos paraguaios de história.

Buscando, conseqüentemente, perceber a relação entre memória e história e entre discurso acadêmico e discurso pedagógico difundido e enunciado em livros didáticos; em nosso terceiro capítulo, analisaremos o ensino de história paraguaia e a ditadura de Alfredo Stroessner, procurando no manual didático elementos, gráficos, iconográficos e, em sua distribuição discursiva, as rupturas e os silenciamentos, da memória bem como da solidificação das representações históricas referentes ao Stronato.

Por último, no capítulo III, dedicaremos um capítulo às considerações finais e a decorrente exposição de uma proposta de formação docente direcionada a meios, instrumentos, mecanismos e formas de se abordar e de se trabalhar a pedagogia da memória.

CAPÍTULO II

O DIREITO À MEMÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO USO DA MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DO PASSADO

2.1 O campo historiográfico e a memória: questões epistemológicas

A indiferença com relação ao passado pode possibilitar o ressurgimento de antigos monstros, outrora, relegados ao lixo da história. Neste capítulo, buscamos analisar a relação entre história, educação, pedagogia da memória e os usos políticos da memória. Sendo assim, nosso estudo será interdisciplinar conjugando conceitos da filosofia, sociologia, ciência política e história para problematizar o conceito de pedagogia da memória e seus usos no ensino de história paraguaia, em especial no que se refere à ditadura Strossner.

Acreditamos que a educação é meio de resistência social e deve-se organizar e se sistematizar com vistas à formação omnilateral, crítica e emancipatória. Possibilitando ao discente a reflexão crítica acerca das estruturas e conjunturas de poder que tornam hegemônicos determinados discursos históricos.

Assim, analisar de que forma a memória se estabeleceu e se desenvolveu no discurso historiográfico e como a construção de representações simbólicas e discursivas acerca do passado em livros didáticos, em especial, nos fornece um parâmetro sobre a forma como aquela sociedade lidou e lida com seus eventos traumáticos.

Desse modo, nesta seção, propomos o debate sobre os usos públicos e políticos da memória, as possibilidades de sua utilização como método de ensino dentro daquilo que se convencionou denominar de pedagogia da memória, e de que forma as representações do passado foram instrumentalizadas para a acomodação, controle e domesticação social no período posterior ao Stronato.

Primeiramente, o ensino de história foi utilizado, enquanto instrumento discursivo, promotor de representações, que tem como um dos seus primeiros objetivos empregar a memória pública para a domesticação política já na formação dos Estados nacionais modernos e, dessa forma, disciplinar os sujeitos, permitindo que se estabeleça no seio da sociedade uma identidade nacional hegemônica.

Conforme aponta Foucault (2014), as instituições compõem um mecanismo e uma engrenagem que têm como finalidade estabelecer, fomentar e garantir o controle dos

indivíduos. Assim, a escola e o ensino tornam-se meios de coesão social, pois se inserem culturalmente, como reprodutoras do discurso hegemônico e como disciplinadora do dissenso através da domesticação discursiva. Nessa perspectiva, a pedagogia da memória para a superação de eventos traumáticos pode, a nosso ver, tornar-se elemento para a construção de uma história dos excluídos e dos esquecidos.

Antoon de Baets (2013) nos lembra que é necessário procurarmos identificar os usos públicos, políticos e abusivos do passado (Todorov, 2000; Hussein, 2004); nos livros didáticos, com a finalidade de ludibriar, escamotear e esconder os dissensos e a polifonia da memória e da história, instrumentalizando o livro didático, para a construção de uma história a “contra pelos”, uma história que se atenha às faltas e às motivações dos monumentos ao esquecimento.

Ademais, o termo hegemônico aqui adotado é fundamentado na teoria e na perspectiva Gramsciana. Nessa concepção, a luta contra a classe dirigente na sociedade de classes está presente na sociedade civil, compreendida como a somatória de sociedade civil e sociedade política. Portanto, ressaltamos que as disputas pela memória ocorrem no plano simbólico, discursivo e das representações e se relacionam diretamente com a luta de classes no plano econômico.

Sendo assim, o desafio para o desenvolvimento de uma pedagogia da memória, pautada na construção e formação de um sujeito crítico, tem como primeiro desafio superar essa estrutura escolar tradicional de replicação e reprodução do discurso hegemônico, construindo e promovendo espaços de memória plurais.

Ressaltamos que não encontramos em nenhum dos livros didáticos anteriormente selecionados a tentativa de superação dessa estrutura, sendo para nós um aspecto a ser referenciado e que, acreditamos, possa ser problematizado em futuro trabalho acerca da estrutura do currículo educacional paraguaio, conjuntamente, com as reformas educacionais dos anos 1990 de caráter neoliberal.

Entretanto, aqui, nesse trabalho, compreendemos que um dos instrumentos metodológicos utilizados para a difusão do saber histórico é o livro didático. No ensino de história, a constituição a formação e padronização de uma memória se estabelece e se desenvolve por meio de uma narrativa histórica, aqui compreendida como um mecanismo utilizado no ensino aprendizagem, para que alunos e professores possam dar sentido a visões, concepções e versões referentes ao passado. A narrativa histórica é elemento essencial para promoção do discurso historiográfico.

Assim sendo, a narrativa histórica não é utilizada como meio meramente construtivo de um passado, mas como elemento basilar para a manutenção de um enunciado que poderá servir como elemento de ruptura e de manutenção de um discurso hegemônico. Logo, a narrativa histórica exerce uma função política e social de crítica ou domesticação da memória coletiva.

Asseveramos, dessa forma, que o uso da narrativa histórica para a enunciação de uma memória contribui para a consolidação de sistemas simbólicos e para a formulação de uma cultura dominante, que irá funcionar como dispositivo de poder e controle da memória e do passado, que fará da narrativa histórica em livros didáticos engrenagem para sua manutenção e replicação. Acerca disso, Foucault (2014) sistematiza e desenvolve três maneiras diferentes de compreender essa organização disciplinar que ele denomina de: *sociedades disciplinares*.

Seu objetivo era demonstrar de que forma as instituições compõem e organizam mecanismos de controle físicos e simbólicos construindo e desenvolvendo representações e ideologias⁵ que possam sujeitar os indivíduos a um padrão no caso da história a uma identidade nacional. Conforme Salma Tannus Muchail (2004, p. 9) descreve que:

Os estudiosos de Foucault como ele próprio, reconhecem, com certo consenso, uma repartição possível dessa trajetória em três momentos. O primeiro conhecido como da arqueologia “, é voltado principalmente para questões relativas à constituição dos saberes e inclui os principais livros publicados na década de 1960 [...]. O segundo momento, conhecido como período da genealogia “, é centrado sobre questões relativas aos mecanismos do poder e inclui os principais livros da década de 1970 [...]. O terceiro momento trata de questões relativas à constituição do sujeito ético.

Portanto, utilizando a genealogia de Foucault, podemos decifrar os diferentes dispositivos de poder elaborados e difundidos socialmente. Em relação ao ensino, Foucault (2014), admite que o saber produz poder, logo, podemos afirmar que estão intimamente ligados e que o poder também produz saber.

Dessa maneira, o saber histórico reproduzido nos livros didáticos, será por nós observado em duas dimensões, conforme mencionado anteriormente, pois acreditamos que como documentos produtores e mantenedores de poder são portadores de intencionalidade e ideologia:

⁵ O sentido tomado aqui para a palavra ideologia, advém da Obra de Marx e Engels (1973); neste texto, a “Ideologia alemã”. Os autores sustentam o argumento de que a ideologia é uma representação do real que mantém as contradições das relações de produção e os interesses dominantes da classe dominante.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (Le Goff, 1996. p. 538)

Schmidt e Cainelli nos lembram que o uso escolar de diferentes documentos e fontes estimulam a observação do aluno e contribuem para sua reflexão, resultando num processo de construção do senso crítico.

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 94)

Avultamos que os livros didáticos são mecanismos partícipes de um sistema de ensino, construído para a domesticação, replicação e controle da memória social. Nesse caminho, torna-se imprescindível a utilização de outro importante conceito do filósofo francês Michael Foucault, para compreensão, análise e superação:

definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa (Foucault, 2008b, p. 157).

Dessa forma, a regularidade dos discursos, apoiados em eventuais ausências, contribuiu para a construção de uma memória social e para a domesticação e controle do passado atendendo ao poder hegemônico de ocasião e a memória oficial sacralizada em espaços de memória oficiais. Assim, os livros didáticos de história paraguaia contemporâneos são carregados de representações simbólicas construídas e difundidas por meio do discurso histórico concernentes ao passado e a memória social produzidas ao longo do Stronato.

Por fim, ressaltamos que o discurso vinculado nos livros didáticos e difundidos por meio do ensino de história nos remete as proposições de Antônio Gramsci (1891-1937), que procurou com sua formulação conceitual de hegemonia, demonstrar como o discurso está ligado à força, mas sobretudo ao consenso, à adesão social a replicação de um determinado sistema de valores de uma concepção de mundo em que a ideologia dominante desempenha um papel fundamental.

Por conseguinte, constatamos que a hegemonia é diferente do simples domínio realizado pela coesão, submissão e força. A hegemonia dominante se funde e se mescla à ideologia dominante e, por meio desta, busca construir representações relativas à sociedade e ao passado que satisfaçam aos valores, princípios e crenças predominantes no tecido social. Sendo assim, a hegemonia se desenvolve não só no campo objetivo, mas também no campo subjetivo.

Assim, o conceito de hegemonia utilizado neste trabalho faz menção não somente à capacidade de direção social da classe hegemônica por meio e através dos aspectos econômicos e coercitivos tradicionais, mas também por meio das representações simbólicas e do controle e acomodação realizados pelos discursos alusivos ao passado.

Atinente a isto, podemos afirmar que a construção de representações simbólicas relativas ao passado e à construção e solidificação da memória por agentes do Estado têm no ensino de história um componente fundamental para sua implementação. Assim sendo, avultamos proclamar aos discentes em história, a promoção de uma pedagogia da memória que possa constituir-se como mecanismo reflexivo e crítico no que diz respeito ao discurso e às narrativas históricas tradicionais.

Portanto, é preciso compreender a história em seu duplo sentido, conforme a significação marxiana: como sentido e como processo. As contradições nas formulações, dos discursos enunciados nos livros didáticos e pronunciados na prática docente, estabelecem sentidos na direção das permanências ideológicas de uma classe

hegemônica, demonstrando como esses contribuíram para a governamentalidade⁶ e para o controle da memória.

Nesse sentido, a difusão da memória por meio de um discurso hegemônico, enunciado nas narrativas históricas, elaboradas e desenvolvidas nos materiais didáticos consolida uma ideologia hegemônica, garantindo a coesão e a governamentalidade, ou seja, o controle das disposições interpretativas relativas à realidade objetiva por meio da elaboração de significações subjetivas e simbólicas referentes a esta realidade.

Como postulou Gramsci (2002, p 63),

a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente

Diante disto, acreditamos e procuraremos nos discursos proferidos pelos livros didáticos paraguaios elementos que demonstrem de que forma a autora, procurou moldar uma mentalidade acerca do Stronato e se seu discurso adotado, tornou-se instrumento de controle da memória, proporcionando uma governamentalidade, reforçando um controle hegemônico das relações de poder no interior da educação e da difusão da memória acerca desse período, conforme os interesses da classe dirigente e dos agentes políticos envolvidos.

2.2 História, memória e ensino: possibilidades para a construção de uma pedagogia da memória

⁶ Entende-se por “governamentalidade” que é um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em outras palavras, “governamentalidade” pode se referir à tendência, à linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143- 144).

É possível caracterizar Stroessner por ter edificado um regime autoritário, em que se utilizou de métodos como a repressão, a violência, a tortura e a promoção de uma cultura do medo como elementos e mecanismos de manutenção e perpetuação do poder. Além disso, as limitações às liberdades individuais, o controle do ambiente político visou a controlar o dissenso e minimizar a oposição.

Desse modo, o Stronato também apresentou características antidemocráticas, pois, ainda que o regime sustentasse uma fachada democrática promovendo e realizando eleições, estas ocorriam mediante fraude e manipulação. Nesse sentido, é relevante compreender os impasses entre aquilo a que denominamos de mecanismo dialético da memória, a saber: esquecimento, lembrança. Logo, a relação entre educação, ensino, memória e pedagogia da memória e história possibilita e contribui com o desenvolvimento pedagógico do ensino crítico da história.

A propósito, enfatizamos, que a memória e a história são por nós entendidas, em um sentido amplo e plural e nas mais variadas formas de discernimento. Assinalamos alguns autores que dissertam sobre esta questão, tais como: Le Goff (2013), Jodelet (1989, 2012), Pomian (2007), Dosse (2000), Laurens e Roussiau (2002), Robin (2005), Sá (2005), Burke (2006), Reis (2006) e Delacroix *et al.* (2010).

Outrossim, salientamos que a memória e a história são multifacetadas e sua interpretação é socialmente marcada; portanto, pelo contexto no qual se insere. A respeito disso, Reis (2003, p. 9) salienta:

A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na interpretação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante “temporal”, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem. Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhece.

Acreditamos que a renovação epistemológica, ocorrida no final da década de 1970, impulsionada pela emergência das identidades locais e das diferenças minorias, trouxe a necessidade emergente de problematizar os esquecimentos e reavaliar a memória coletiva. Correu assim, ao centro da narrativa histórica a memória e a confecção de

produção teórica referente a este novo elemento da cena histórica que está em constante disputa.

Acerca disso, imediatamente após seu surgimento enquanto objeto de estudo histórico, a historiografia irá se ver cindida por duas correntes historiográficas a saber: a denominada *Nouvelle Histoire*⁷ – que tem em Pierre Nora um de seus representantes e a outra chamada “história do tempo presente”, também denominada “história imediata”, “história recente” e “história do vivido”.

É nesta conjuntura que os historiadores passam, então, a se dedicar ao estudo da memória, de duas maneiras: primeiramente, como fonte histórica e, em seguida, como fenômeno histórico. Iniciam a partir daí reflexões relativas aos aspectos relacionados aos princípios de seleção da memória e a seus diversos usos e sentidos públicos, sociais e políticos. Iniciam-se, também, reflexões relativas aos modos de transmissão e aos usos do esquecimento (BURKE, 2006). Enfim, problematizações que fazem com que a memória passe a ser vista enquanto objeto de análise da história.

Portanto, pretendemos aqui abordar a relação entre memória e história nos livros didáticos, a partir destas balizas epistemológicas elencadas. Compreendendo-as não como divergentes e sim como mecanismos enlaçados em uma mesma engrenagem de produção e difusão de representações sociais⁸, culturais, políticas e simbólicas. Desse modo, esta conjunção entre memória e história é elemento essencial para a construção das representações referentes ao passado traumático, em especial, o Stronato.

Destarte, buscamos compreender como elaborar e abordar uma pedagogia da memória que contribua para a construção da cidadania. Segundo nos lembram Roussiau e Bonardi (2001, p. 41, apud Villas Boas, 2015, p.5),

[...] a inteligibilidade dos processos de construção de uma representação reclama que se faça um apelo ao passado, à história, à memória tanto para reconhecer o que do passado se insere nas novas representações – a marca do passado e, por consequência também, as especificidades do presente –, quanto para compreender como a memória e o conhecimento se articulam, como o pré-construído que age sobre a aquisição de informações e de novos saberes.

Acreditamos que resgatar o não dito e o silenciado é parte do ofício do historiador

⁷ Terceira geração de historiadores da chamada Escola dos *Annales*, corrente historiográfica dos anos 1970. Este grupo é notoriamente conhecido por valorizar a análise histórica de longa duração em detrimento de análises de períodos curtos. Ademais, por terem incorporado elementos de outras ciências é também conhecida como corrente da história total, pois busca explicar, compreender e analisar a conjuntura, a estrutura e as representações simbólicas, mentais e ideológicas, que compõem e constituem o tecido social.

⁸ Destacamos que Jodelet (1989), em um artigo a respeito do pensamento social e historicidade, já apontava para a necessidade de esclarecimento das relações entre história, memória e representações sociais.

e, conforme nos lembra Carlos Drummond de Andrade (2014, p.12):

o historiador veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, o ardido queixume das solteironas, os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas. Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado...

De tal modo, resgatar o passado não é somente acessar o documento oficial e os lugares de memória. Resgatar o passado é acessar o não dito, é trazer à luz o esquecido, o relegado. Frisamos que o esforço de lembrar é a vontade de esquecer e que todo monumento à memória é também um monumento dedicado ao esquecimento e ao apagamento de lutas e conflitos.

História e memória são separadas por uma linha tênue quase invisível. E rotineiramente somos levados a discutir, discorrer e analisar os efeitos do que é emoldurado enquanto feito memorável, histórico e o que é deixado à margem no terreno obscuro do esquecimento.

Gondar (2005) aponta que o desafio ao trabalhar com a memória reside no fato de ela ser polissêmica e multifacetada. Logo, o historiógrafo ao escolher e recortar um aspecto desse passado e dessa memória, mesmo que involuntariamente, faz uso de concepções ideológicas, políticas e culturais.

O sociólogo francês Halbwachs⁹ e o filósofo Ricoeur, por sua vez, lidam com o tema da memória da seguinte forma: o primeiro recupera esse tema por meio da memória coletiva, destacando sua importância e de que forma esta sobrevive nos espaços sociais, por meio do que ele denominou de repercussão. O segundo ressalta a memória no seu potencial, enquanto uma das capacidades humanas, lidando, portanto, com uma memória individual, pautada na linguagem, que pode ser narrada e reescrita. Ambas as concepções são importantes para definirmos aquilo que acreditamos ser a memória enquanto meio de construção historiográfica.

A rigor, acreditamos que a memória se constrói no embate entre os diversos campos – coletivos e individuais – assim, compactuamos com Barros (2017) e observamos na tensão tridimensional do tempo passado, presente e futuro, como ressalta Koselleck (2013), os mecanismos de leitura e interpretação do passado. Portanto, advertimos que a memória não é estática e não é mero recurso do qual o historiador irá se

⁹ Maurice Halbwachs estabeleceu os principais argumentos teóricos de defesa do caráter coletivo da memória coletiva em duas obras que hoje se tornaram referências obrigatórias ao tema: *Os quadros sociais da memória*, de 1925, e *A memória coletiva*, publicada após sua morte, em 1950.

valer quando for preciso vasculhar para encontrar dados que a ele interessar e/ou para a construção discursiva da narrativa histórica.

Essa questão, inclusive, já foi desenvolvida por diversos historiadores que nos precederam, dentre eles, Afonso Carlos Marques dos Santos (SANTOS, 2007, p. 87-95) e José Honório Rodrigues que irá procurar rebater a noção de que:

[...] a memória é depósito de dados, naturalmente estática, pois configura um princípio de conservação, uma simples reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida animal superior; a Tradição é o respeito à continuidade dos hábitos, costumes e ideias, é também estática e contém contra si muitos aspectos negativos, ao lado de alguns positivos; só a história é a análise crítica, dinâmica, dialética, julgadora do processo de mudanças e desenvolvimento da sociedade (Rodrigues, 1981, p.48).

Nesse aspecto, compreendemos que há dois tipos de memória: a individual e a coletiva. E ambas são instrumentos de reconstrução do passado. Entretanto, a memória individual é subjetiva e a ela se entrelaçam sonhos, desejos, afetos e esquecimentos propositais por parte do lembrador. Já a memória coletiva é produzida com base em valores sociais e culturais e o seu esquecimento é promovido pela intencionalidade ideológica de seu agente produtor.

Ademais, a memória coletiva é carregada de um sentido e de uma função social, uma vez que o que se lembra de forma coletiva é o que se comunga entre pares na sociedade, sendo neste terreno que se assenta aquilo que denominamos anteriormente de memória hegemônica. Salientamos, assim, que a memória coletiva, ao se construir e se edificar em livros didáticos, busca homogeneizar e padronizar a memória, estabelecendo, dessa maneira, uma governamentalidade.

À vista disso, ao ser apropriada e difundida pelo historiógrafo e docente em história, a memória pode relegar ao esquecimento determinados eventos e contextos históricos. Dessa forma, é estritamente necessário que se compreenda que o uso pedagógico da memória em livros didáticos seja apreendido como um elemento político que tem o objetivo de estruturar uma representação hegemônica referente ao passado, estabelecendo uma governamentalidade.

Dessa maneira, o trabalho historiográfico de construção de uma narrativa, exige revisitar a memória com vistas a constituir novos espaços de memória, para compartilhar e difundir experiências de dor, tristeza, extermínio, perseguição cometidos por sujeitos,

instituições e pelo próprio Estado¹⁰, pois somente assim, é que poderemos superar os traumas históricos.

2.3 Os arquivos do terror como objetos da pedagogia da memória

Diferentemente de outras ditaduras e regimes de exceção, que ao final de seus governos procuraram se desfazer de toda comprovação material de suas ações arbitrariedades, o regime paraguaio catalogou e arquivou milhares de informações atinentes aos seus rivais políticos e a cidadãos comuns que eram monitorados pela polícia política do regime.

Este arquivo ficou conhecido mundialmente como Arquivo do Terror e foi por meio e a partir dele que diversas violações de direitos humanos passaram a ser investigadas pelas autoridades paraguaias.

Nesse sentido, ensejamos escrutinar em que medida os Arquivos do Terror foram implementados nos livros didáticos paraguaios como uma pedagogia da memória. Observamos assim que os arquivos foram descobertos em 1994 e que, por esse motivo, escolhemos analisar os livros didáticos paraguaios referentes as duas primeiras décadas do século XXI.

Como resultado de nossa reflexão, apontamos neste capítulo que se faz necessário, contar a história que a história não conta e trazer à baila a memória escamoteada pelo véu do consenso, promovendo, assim, a justiça de transição e a reparação histórica.

2.4 As disputas políticas pela memória

A rigor, ao conceituar determinada categoria ou ideia, cristalizamos de forma monolítica o objeto conceituado e incorremos no risco de não apreendermos de forma objetiva e clara suas atribuições, possibilidades e usos. Nessa conjunção, as definições de

¹⁰ Entende-se por Estado, referendado por Afonso (2001, p. 17), como “[...] a organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controle social – funções essas também mutáveis e com configurações específicas, e tornando-se, já na transição para a modernidade, gradualmente indispensáveis ao funcionamento, expansão e consolidação do sistema econômico capitalista. A minha perspectiva de Estado possui um viés social, assim, infiro que ele deva estimular a implementação e a garantia de direitos sociais, a saber: acesso à educação, saúde e previdência. Logo, zelar por toda a sociedade, especialmente, pelos mais desamparados financeiramente enecessitados de amparos sociais.

memória apresentam um aspecto imprescindível para a compreensão de suas possibilidades de uso e como instrumento historiográfico.

Todavia, sabemos que a memória é fluída e que sua leitura, sob uma visão epistemológica rígida, irá solapar e dificultar as percepções de seu uso para a confecção do discurso histórico e para a construção de uma identidade coletiva.

Ademais, as memórias se encontram e se entrelaçam, cotidianamente, estabelecendo sentidos e nexos entre os indivíduos e o meio social em que vivem, ou seja, carregam a representação social internalizada e externalizada pelos sujeitos, carregam a representação simbólica e a representação objetiva. Para além, comungam com a história o fato de reconstruírem o passado, evidentemente, de maneira distinta, pois o historiador adota procedimentos e técnicas para edificar sua narrativa, enquanto o memorialista, estabelece a lembrança individual e ou coletiva como representação do passado tal qual ele aconteceu.

Advertimos que a memória, assim como a história, estabelece e baliza códigos de referência social e ambas constituem elementos essenciais de acomodação e domesticação dos sujeitos. A arena onde assentam a memória e a história é o presente e não o passado. Assim, seu uso é necessário a grupos, agentes e sujeitos que têm como objetivo o controle e domesticação da memória e da história no presente.

Logo, o campo da memória é uma arena deflagrada em que dois grupos disputam o direito de despargir a memória. De um lado, temos os esquecidos e de outro temos os que desejam que os esquecidos continuem esquecidos, e é nesse choque constante que se estabelecem e se desenvolvem questões, colocando em xeque a legitimação da memória e a pretensa verdade até então difundida e constituída.

Acreditamos que a memória deve, longe de qualquer conceituação, ser abordada atendendo-se a alguns preceitos: ao sujeito que lembra e quais os meios e ou objetos de memória que utiliza para rememorar; é estritamente importante não se esquecer do momento histórico no qual essa memória é evocada e a qual período a que ela faz menção ou referência; e quando e porque se lembra, ou seja, quais são os sentidos aos quais essa memória irá responder.

2.5 O tempo histórico nos livros didáticos e os desafios do uso da memória

Compreendidas por vezes como complementares e auxiliares uma da outra, história e memória são conceitos dentro da filosofia e da historiografia com intensa

diferença acerca de seus limites e possibilidades. Nesse contexto, cabe advertir que a memória não é mero reflexo do que ocorreu no passado, de tal modo, esta percepção na qual alicerçamos um conceito de memória se estabelece na representação e na interpretação do passado.

A operação historiográfica se estabelece e se ancora na difusão de discursos e narrativas acerca do passado (Barros, 2017). A memória contribuiu como instrumento para a conjuração de um enunciado. O processo histórico é reconstituído e reconstruído por meio da construção de uma narrativa. De igual modo, os são os sentidos da memória e do passado. De acordo com Reis (2003, p. 9):

A sensibilidade historiadora se ancora no tempo, na interpretação sempre mutante entre passado, presente e futuro. As mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história. Toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante “temporal”, um ponto de vista, em um presente vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem. Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretção do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer.

Da mesma forma que a consolidação da interpretação da história se situa com relação ao seu presente, a compreensão que se dá ao processo histórico altera-se, conforme as perspectivas interpretativas. O mesmo ocorre com a memória que não é fluida e também se altera de acordo com o contexto sócio-histórico ao qual está imersa sua rememoração.

Marc Bloch (2002) nos esclarece que o “passado não é objeto da ciência”, ao contrário, a história se faz pela importância que o presente imprime a um processo histórico passado. Nessa afirmação, simples, Bloch condiciona o passado às questões do presente e, dessa forma, “a história é filha do seu tempo”, é uma construção humana e não divina. A história seria, assim, a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo”. E a impressão do processo histórico está congruentemente, ligada à conjuntura e à ideologia discursiva de quem a enuncia.

Portanto, os livros didáticos são impressões do processo histórico marcados pela conjuntura histórica e pela ideologia discursiva de seu enunciador o que, por sua vez, caracteriza esse processo histórico como uma representação do presente acerca do passado.

Desse modo, o fio de Ariadne¹¹, que guia o historiador pelo labirinto da história, é a memória e, mais do que isso, é a apropriação da memória por meio de representações culturais, materiais e ou imateriais. Finalmente, o objeto do historiador não é o passado, é, antes de tudo, os usos que se faz desse passado para a construção de uma memória coletiva/ social, que atenda os anseios do presente. Logo, a história sendo uma narrativa, a construção do passado pelo historiógrafo se vale das águas de Lete¹² e ao contrário do que comumente se crê, o historiador é um grande esquecedor.

Essa questão dialética é parte da construção histórica, não sendo passiva e, muito pelo contrário, é elemento fluido e profícuo. Acerca disso, Nora esclarece:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1984: XIX).

Estas preposições, acerca da relação entre o esquecimento e a memória, é o sedimento para a construção de lugares da memória que são para nós físicos e discursivos, construídos conforme a demanda sócio-histórica existente. Logo, o agente que seleciona a memória, que deverá se estabelecer hegemônica, se interessa não pelo que deve se guardar, se interessa pelo contrário, pelo que se deve esquecer. Portanto, tanto memória, quanto história, têm limites no acesso ao passado (Nora, 1984); (Davis e Starn, 1989).

Sendo assim, o processo de lembrar só possui sentido quando possuiu o efeito de destacar o evento, acontecimento que socialmente é compreendido como relevante por seus contemporâneos. Entretanto, o lembrar, o lembrar não problematiza as questões do passado, e, por si só, é apenas um elemento dotado de significações sociais e históricas conforme o grupo social ao qual faz referência e para o qual é produzido.

Isso posto, a memória, por sua possibilidade de mutabilidade e por sua polifonia de sentidos, pode produzir diferentes validações históricas, bem como seu apagamento.

¹¹ Segundo a mitologia grega, Teseu, por sua própria vontade, foi enviado a Creta como oferenda ao Minotauro, habitante do intrincado labirinto construído por Dédalo. Este labirinto, meticulosamente projetado, era tão inescapável que qualquer intrépido que nele se aventurasse não encontraria uma saída, condenando-se à devoração pelo Minotauro. Desafiando o monstro, Teseu, buscou orientação no bem reputado, Oráculo de Delfos, para determinar sua chance de sucesso. O oráculo instruiu-o a buscar auxílio no amor para superar o desafio imposto pelo Minotauro. Ariadne, filha do rei Minos, ofereceu ajuda sob a condição de ser levada a Atenas para casar-se com Teseu. Percebendo que essa era sua única oportunidade de êxito, Teseu aceitou a proposta. Assim, Ariadne providenciou-lhe uma espada e um fio de lã (**conhecido como Fio de Ariadne**), este último destinado a guiá-lo de volta ao ponto de partida. Teseu triunfou sobre o Minotauro e empreendeu o retorno à sua terra natal com Ariadne.

¹² Rio que, de acordo com a mitologia grega, era o local onde as almas dos mortos bebiam a água do esquecimento para que não se lembrassem de sua vida anterior quando reencarnassem.

É neste caminho do meio que buscamos, a partir do próximo capítulo e nos livros didáticos paraguaios, as repostas de nossa pesquisa tendo como evento de análise o stronato.

Assim, a codificação de um discurso historicamente construído com aspirações e sentidos específicos perpassa pela compreensão da representação de memória que é confeccionada em narrativas, como nos lembram Roussiau e Bonardi (2002, p. 41),

[...] a inteligibilidade dos processos de construção de uma representação reclama que se faça um apelo ao passado, à história, à memória tanto para reconhecer o que do passado se insere nas novas representações – a marca do passado e, por consequência também, as especificidades do presente –, quanto para compreender como a memória e o conhecimento se articulam, como o pré-construído que age sobre a aquisição de informações e de novos saberes.

Acerca disso, gostaríamos de salientar que comungamos da perspectiva de Halbwachs (1990), que nos aponta que a memória é constituída por indivíduos em interação, e que esta interação entre os distintos sujeitos e os diversos grupos sociais, estabelece aquilo a que o autor denomina de memória coletiva que produz as lembranças individuais que são, em nossa percepção, enclausuradas nos livros didáticos por nomenclaturas que procuram não só dar um sentido único ao evento como procura dotá-lo de lógica mecanicista de ação reação tal qual os historiadores positivistas. A respeito disso, esclarecemos que os livros didáticos paraguaios não se desvencilharam da narrativa oficial.

Portanto, a distinção entre a memória individual e a memória coletiva é instrutiva, e deve ser buscada pelo docente de história durante o processo de ensino e aprendizagem, pois demonstra que constância da dialética esquecimento – memória – procura forjar narrativas históricas e carregá-las de sentido, cabendo assim, ao docente instrumentalizar o discente para a leitura crítica dessas representações do passado.

Essa dicotomia é processo intrínseco na construção da representação do passado, conforme evidencia Ricoeur (2000), a memória é a matriz da história. Contudo, é a imbricação entre história e memória que torna possível a construção de uma representação do passado, seja para acomodar e legitimar um discurso hegemônico, seja para construir e promulgar uma memória reparadora de transição, para que os marginalizados e os excluídos possam, por meio de seus relatos e de suas memórias, edificarem uma pedagogia da memória e uma nova narrativa histórica.

Assim, a noção de representação da memória se alia à ideia de representação do passado, sendo essa concepção de representação imprescindível para se compreender os

desafios e os limites do uso da memória nos livros didáticos. Ademais, ao fomentar a discussão acerca dos usos dessas representações, destacamos a relevância e a importância do que se seleciona e escolhe-se para lembrar.

Do mesmo modo, o esquecer e não mencionar será também elemento constitutivo de nossa observação, sendo, portanto, elemento da memória e característica básica do método de construção de narrativa historiográfica.

Afiançamos nossas preposições em Pierre Nora, que logrará a historiografia o conceito de lugares da memória. Nora irá difundir a concepção de que elementos diversos são possuidores de memória e que a memória possuiu possibilidades interpretativas carregadas de sentidos e enunciadoras de representações coletivas. Essas últimas lhes são atribuídas conforme a sociedade, grupo ou objetivo de quem as produz.

De início, a noção de “lugar de memória” era uma forma de distância crítica em relação a uma história nacional unitária, teleológica, espontaneamente habitada por uma intenção autocelebrativa e comemorativa dela mesma: [o lugar de memória era a intenção de] decomposição dos elementos constitutivos, dimensão historiográfica, valorização do simbólico. Ou, para elevar o tom, ‘desconstrução’ derridiana, ‘arqueologia’ foucaultiana, ou ainda, se se preferir, ‘genealogia’ nietzschiana. Mas tal era já o império do memorial que a ferramenta forjada para dissolver o comemorativo acabou por ser empunhada para se tornar o instrumento por excelência da comemoração em todas as direções. Donde o mal entendido, que certamente contribuiu para o sucesso do livro e sua repercussão internacional (Nora, 2011).

Ressaltamos que a memória histórica é, também, produzida nos meios políticos e nas instituições de Estado e nos livros didáticos, com vistas a criar uma “cultura histórica”, que se difunde por meio dos lugares de produção, dos monumentos, dos museus, dentre outras. Assim, livros oficiais que seguem propostas curriculares, carregam, além nomes, datas, feitos e eventos, sentidos ideológicos, o que demonstra que a cultura histórica a ser veiculada encontra-se marcada por processos políticos.

Como parte dessa contenda, podemos citar as Comissões da Verdade, existentes em diversas nações após eventos traumáticos. Estas comissões costumam buscar elucidar aquilo que denominam de verdade histórica, tendo com um dos seus objetivos centrais, a efetivação do direito à memória e à “verdade histórica”. Essa denominação atende a um fim último que é de natureza política e encerra-se na promoção da reconciliação nacional fundamentada no resgate da memória e da verdade, acerca das graves violações de direitos humanos sucedidas no período ditatorial de modo a evitar que os fatos apurados voltem a se repetir.

Portanto, o estabelecimento dessas comissões é reconhecimento à problemática do esquecimento, que reveste o ato de rememorar de uma significação positiva, pois entrelaça ao ato de lembrar a confecção de uma história que não esquecerá ninguém o que configura a memória e a história como fenômenos que possuem sentidos purificadores.

Ao contrário do que é comumente aventado, nestas comissões é que o ato de esquecer torna-se presente nos arquivos públicos e nos instrumentos públicos de memória por meio da manipulação dos arquivos que irão compor seu repositório. Essa seleção coopera com a manutenção hegemônica dos discursos tradicionais e fortificam com documentos oficiais o passado e a memória que não podem ser esquecidos. No caso paraguaio fortaleceu a arguição de Nickson (2010) e Lewis, (1986).

Assim, os lugares de memória evidenciam-se como instrumentos de promoção de um passado que relega direito e voz a determinados sujeitos, e sendo os livros didáticos espaços de memória utilizados para despargir um discurso hegemônico, cumpre percebê-lo como um objeto histórico que cristaliza em certo aspecto as tensões sociais relativas à memória de um determinado período.

Por conseguinte, a disputa pelo direito à memória é para determinados sujeitos luta política e meio pelo qual encontram direito a justiça, a reparação e a verdade. Neste contexto, os grupos e indivíduos que durante o período de ditadura civil militar sofreram violações diversas, dentre elas as violações de direitos humanos, encontram uma possibilidade de reparação histórica no ensino de história e na construção de uma pedagogia da memória.

2.6 A memória de transição e sua importância como elemento da pedagogia da memória no ensino de história

A Justiça de Transição, conforme assinala o jurista Kai Ambos (2009, p. 26-27; 46-47), é um método de restabelecimento e de reconciliação social. É característico de sociedades que passaram por experiência traumática, consiste na busca pela efetivação da justiça de reparação, da punição e responsabilização dos que violaram as convenções sociais e os direitos humanos. Esta justiça de transição recai em especial sobre os agentes de Estado.

No entanto, asseveramos que a concepção de justiça de transição, possui algumas limitações, consoante Santos (2007) salienta:

É difícil determinar com precisão o início e o fim de um período de transição. Além disso, o papel do direito ao serviço da memória não é uma especificidade quer de momentos de transição, quer de lutas pela memória política. De referir, ainda, que os processos de democratização são mais descontínuos do que a literatura de justiça de transição parece indicar.

Ademais, cabe ressaltar que o direito a memória começa a se esboçar ao final da segunda guerra mundial e é um aspecto fundante na edificação da Organização das Nações Unidas (ONU) e na elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Tribunal de Nuremberg¹³.

Observamos que o Paraguai é signatário de acordos internacionais e de protocolos que reconhecem o direito à memória, à verdade e à justiça de transição, a exemplo: Convenções de Genebra I-IV, editadas em 1949, e os artigos 32 e 33 do Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, datado de 1977. Todos esses textos jurídicos internacionais reconhecem e dão fundamento jurídico ao direito à verdade. Além disso, é também signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (2009).

Apontamos que o direito à memória, assegurado por estes pactos, protocolos e pelo sistema jurídico, forçosamente levam a uma reformulação do passado por meio da construção de uma nova narrativa acerca de eventos que tenham atacado as respectivas convenções.

Portanto, percebemos que o direito à reparação histórica através do ensino de história é um campo de desdobramento da luta pelo direito a memória, e que a representação deste passado, encontra-se atrelada à construção de uma nova narrativa historiográfica que incidirá sobre a produção bibliográfica. Assim, a efetivação desta reparação histórica, só se tornará viável quando os espaços de memória se transformarem e se adequarem à política de reparação histórica por meio da pedagogia da memória.

Portanto, podemos perceber que ser historiógrafo e docente de história na atual conjuntura, é comungar com os esquecidos a necessidade de uma reformulação do passado, concedendo a estes, representação na memória coletiva. O historiador, participa enquanto agente e enquanto espectador de um intenso conflito que o leva para um outro campo epistemológico: a política e suas disputas discursivas. Acreditamos, assim, que ser historiador em plenitude é claramente um ato de resistência e luta política.

¹³ É composto por uma série de tribunais militares, organizados pelos Aliados (França, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia), depois da Segunda Guerra Mundial, e são referentes aos processos contra vinte e quatro proeminentes membros da liderança política, militar e econômica da Alemanha Nazista.

Nesse compasso, salientamos a necessidade de promoção da justiça de transição nos livros didáticos o que por nós foi percebido estar ausente nos livros didáticos paraguaios selecionados. Dessa forma, mesmo compreendendo a memória um campo de debate e de intenso conflito, acreditamos que podemos, para melhor operação historiográfica, investigar as memórias propositalmente esquecidas pelos livros didáticos em sua narrativa referentes ao regime ditatorial Paraguai, com vistas a trazer à luz a bibliografia e a produção historiográfica esquecida ou relegada.

Logo, acreditamos que pensar a memória é pensar o esquecimento, pois o esquecimento e o silêncio, politicamente pronunciado pelos livros didáticos, repercutem sobre as gerações posteriores que não conhecerão por complacência do Estado, de seus currículos e dos agentes públicos, neste caso, os docentes, as arbitrariedades do Stronato.

Desse modo, a justiça de transição é função do historiador que deve empenhar seus esforços na luta pela memória. Cabe ao docente compreender amplamente que ele não trabalha somente com o que foi dito e enunciado no material didático, pelo contrário, o historiógrafo que faz uso da memória, como ferramenta de construção discursiva do passado, trabalha com o esquecimento.

Acerca disso, podemos concluir que a função da memória é resgatar o esquecido o apagado. É de trazer à luz a memória encoberta pela narrativa histórica didática tradicional. Dessa maneira, observamos que a memória é elemento indissolúvel da justiça de transição.

A função da memória é, portanto, a de denunciar, de criticar e de tocar o dedo na ferida que a história tentou encobrir, sua função é sobretudo política. Por isso, algumas memórias não podem ser ditas e, quando são, elas atravessam caminhos escuros e esburacados, desmentem antigas “verdades” e incomodam. Esta é o estado de algumas memórias sobre a ditadura que irrompem na sociedade brasileira hoje. FERRAZ (2006)

Destarte, acreditamos que, enquanto a memória do stronato ficar escamoteada sob o manto do consenso democrático e da égide da necessidade de equilíbrio do Estado de direito, não caminharemos à justiça histórica e não realizaremos a justiça de transição. A memória deste hediondo período deve ser relida, revista, reinterpretada e muitas vezes contada (pela primeira vez).

Assim, é estritamente necessário que os novos atores, agentes públicos e políticos criem mecanismos que contribuam para o desenvolvimento desta nova narrativa, bem como, se faz mister que historiadores estejam dispostos a incorrer neste campo de batalha

em nome daqueles que se calaram e que tombaram, durante a luta pela restauração democrática.

CAPÍTULO III

O Livro Didático como mecanismo e instrumento de poder: uma análise das narrativas históricas, das representações do passado e da construção da memória em materiais didáticos paraguaios

Neste capítulo, versaremos acerca da construção da narrativa histórica e de sua utilização em livros didáticos paraguaios. Como mencionado anteriormente, acreditamos que ao longo do processo histórico, o discurso didático levado a cabo por profissionais e, sobretudo, pelos livros didáticos, tem sido instrumentalizado para a construção de um passado hegemônico. Estabelecendo uma memória comum que procura se desenvolver para servir um determinado projeto de poder, de nação, conforme os sujeitos e grupos históricos que detêm o poder político.

Retomaremos, como meios de análise, conceitos já abordados no capítulo precedente como: *hegemonia*, *pedagogia da memória*, *narrativa histórica*, *stronato*, **representação**, para os quais realizamos a tarefa de debate de forma epistemológica e com a proposição de suas possibilidades no ensino de história. Nesta seção, entretanto, buscamos apontar o uso destes conceitos e de seus desdobramentos nos livros didáticos paraguaios.

Bittencourt (2004) discorre que os livros didáticos, apesar de sua peculiaridade e características específicas, são de difícil conceituação enquanto objeto, pois é um produto cultural antes de ser fonte histórica. À vista disso, proporemos aqui uma possível conceituação do termo livro didático, procurando demonstrar seus limites e possibilidades enquanto fonte histórica.

Asseveramos que o estudo do livro didático possibilita ao pesquisador atento, diversas e variadas abordagens analíticas, tais como as seguintes indagações: a quais agentes o discurso difundido no livro didático atende? De que maneira o discurso histórico é transposto em sala de aula? De que forma é apreendido pelos discentes? Questões assim compõem parte das diversas possibilidades de abordagem de pesquisa relativas a materiais didáticos.

Afiançamos e corroboramos a concepção expressa por Miriam Hermeto e Mateus Henrique de Faria Pereira que creditam ao material didático uma função social enquanto artefato histórico, ou seja, para os autores, o livro didático é um produto cultural.

Como produtos culturais e como instrumentos pedagógicos, os livros didáticos se tornaram guardiões e construtores da memória (histórica?)

e do saber histórico escolar. É através de suas narrativas – que conservam, realimentam e criam a memória – que os estudantes de história podem aprender algo sobre as coisas passadas, abraçar as coisas presentes e contemplar as futuras.

Os livros, ao criarem interpretações que serão muito veiculadas na sociedade, tornam-se também atores históricos que interpretaram e representaram o passado, contribuindo para a construção de uma “memória do fato. (Hermeto; Pereira, 2009. p.77.)

Este entendimento do livro didático enquanto produto cultural lhe confere um status de guardião da memória histórica que é, como já mencionamos, polifônica e socialmente construída de forma coletiva, tal qual um mecanismo de domesticação do discurso hegemônico que garante o que deve ser compartilhado entre os diversos atores sociais.

Observamos que o elemento central de estruturação da memória compartilhada em livros didáticos é empregado para a confecção de uma memória que faz uso de diferentes linguagens. Todavia, é predominante a linguagem escrita como meio padrão de enunciação de símbolos, de discursos e de ideologia, a qual de maneira arbitrária e adequada a um padrão de memória socialmente aceito estabelece um sentido às concepções hegemônicas da memória criando enunciados e silenciamentos de memória.

Portanto, ao utilizar a linguagem escrita, a memória difundida estabelece o que deve ser lembrado e, mais importante que isso, o que deve ser esquecido. Dessa forma, o material didático cria os limites espaciais, temporais e discursivos que possibilitaram, a nosso ver, a afirmação ou reafirmação de paradigmas e de representações sociais, que balizam e expressaram valores. Corroborando, o sociólogo francês Bourdieu elucida que:

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1989, p. 11).

Portanto, é no intuito de apontar esses limites e esses discursos, bem como demonstrar o apagamento e a negligência com a memória que iremos, neste capítulo, analisar a construção do livro didático, refletindo em específico acerca da unidade cinco do livro de Crimi que se refere a Stroessner. Ressaltamos que o livro analisado referem-se ao nono ano do ensino fundamental.

3.1 Características gerais do livro didático

O livro didático selecionado para compor esta análise foi produzido: pelo Grupo Editorial Atlas, no ano de 2020, pertence à série **A compreender!**, de autoria de Águeda Crimi de Villasboa. Observamos, que o currículo escolar paraguaio aborda história e geografia de forma conjunta, em consequência disso o livro versa sobre as duas disciplinas. No entanto, nosso foco será a análise do conteúdo de história que se iniciam na unidade um e se estendem até a unidade seis.

Dedicaremos assim, nossa atenção ao livro do 9º ano do ensino fundamental, pois são os primeiros materiais didáticos que apresentam a ditadura Strossner no ensino de história. Nosso propósito é avaliar nas unidades relativas a Stroessner e os seguintes aspectos: textos, imagens, infográficos, iconografias, fotografias, mapas, atividades avaliativas e diagramação e distribuição destes recursos na confecção da narrativa histórica; entretanto, abordaremos preliminarmente as características gerais do livro.

Observamos que o material didático busca, por meio da interação entre imagens, iconografias, mapas e outros elementos, construir uma linguagem discursiva que facilite a compreensão de ideias e de processos históricos. Além disso, procura dotar a narrativa de elementos que valorem o processo histórico de forma negativa ou positiva. Dessa forma, a história na perspectiva de ambas as autoras é uma ferramenta de ensino de valores morais.

Salientamos que esta percepção não se restringe apenas a unidade referente a Strossner, mas a todas as unidades relativas ao conteúdo de história. Por fim, ponderamos que a pedagogia da memória construída e edificada nos livros didáticos, atinente ao Stronato, possui corrente (s) historiográfica (s) diversa(s) com alicerces teóricos variados, compondo, assim, a construção narrativa para a formulação das representações do passado relativas à ditadura Stroessner

3.2 Apresentação técnica do livro de Crimi

Essencialmente, o material didático, em seus aspectos técnicos, compõe-se de 244 (duzentos e quarenta e quatro páginas) páginas e 11 (onze) unidades, das quais seis são relativas ao conteúdo de história, referente ao período Stroessner; o que nos chama imensa

atenção, visto que, o stronato vigorou de 1954 a 1989, sendo responsável por grande parte da cultura e estrutura política paraguaia presentes ainda hoje.

A editora que publica a obra, é sediada em Assunção, conforme consta na ficha técnica do livro e possui um catálogo com obras variadas, como Atlas, dicionários, livros colecionáveis, livros clássicos da literatura universal, biografias de personagens paraguaios, além de livros didáticos de distintas matérias utilizados em todo o Paraguai, excetuando as comunidades nativas que podem fazer uso de um livro em língua guarani. Constatamos que não há nenhum material complementar de apoio ao docente.

A obra didática, desenvolve as competências e habilidades do discente do último ano do ensino fundamental e foi escrita, como mencionamos anteriormente, por Águeda Crimi de Villasboa, autora do campo das Ciências Sociais, que possui cerca de trinta e dois livros didáticos, que abordam temáticas relativas à filosofia, sociologia, geografia, história e, também, à formação docente¹⁴. Todos publicados pela editora Atlas.

O livro é estruturado da seguinte maneira: cada unidade possui em sua parte superior direita o número da unidade e ao lado a temática que será abordada, sendo que abaixo podemos encontrar o título da unidade e as capacidades pedagógicas que serão desenvolvidas no correr da unidade. Ao final da página podemos verificar os temas que serão abordados, os quais estão estruturados em tópicos.

Advertimos que em toda abertura de unidade encontra-se presente uma imagem que ocupa toda a parte esquerda do material didático e faz menção à unidade temática sendo que, as palavras-chave destacam o tema da unidade, conforme podemos verificar por meio da imagem a seguir.

¹⁴ Conforme podemos verificar em: <https://isbn.cloud/py/autor/aguada-crimi-de-villasboa/> consultado no dia 04/01/2023 às 16h53.

Destarte, resta ao final de cada unidade uma seção denominada: *Saber Hacer*, na qual o material didático propõe-se a ensinar aos educandos mecanismos que os auxiliem na compreensão do conteúdo e nos estudos. Este espaço dedica-se, por exemplo, ao ensino de como fazer mapas conceituais, escrever fichamentos, dentre outras coisas. Sendo assim, cada unidade encerra com uma atividade formativa diferente.

3.3 A 1ª unidade do livro didático e nossas percepções

A *unidade 01* da obra de Crimi apresenta, em seu texto, uma história factual baseada e calcada em grandes homens e em grandes feitos de característica linear. A temática abordada diz respeito aos processos históricos ocorridos na América e no Paraguai a partir dos anos 1900 e tem por temática: **Processos históricos desenvolvidos na América a partir de 1900 até a atualidade.**

Assim, a unidade inicia-se na página nove e tem com última página a de número trinta e dois, sendo dentro do material didático a unidade mais longa e que a nosso ver abastece de concepções historiográficas as unidades seguintes. Provavelmente, isso se deve ao fato de que a unidade tenta dar conta de toda a história da América no século XX e procura ainda realizar pontes discursivas e de causa e efeito entre diversos eventos do início do século com acontecimentos posteriores.

Salientamos que o texto é extenso, contudo, bastante subdividido o que a nosso ver possibilita que o docente faça, a cada subtítulo, “paradas” para explanação de aspectos conceituais e historiográficos, por exemplo, o questionamento trazido pelo livro da influência e presença das ideologias totalitárias nas Américas. Ressaltamos, acerca disso, que essa conceituação de movimento político totalitário trazida pela autora se assenta na análise de Arendt (2012).

Crimi procura com essa construção discursiva elaborar e defender a teoria exposta por Lewis, (1986), que remete o surgimento de governos ditatoriais e paternalistas como uma forma de defesa do Estado liberal, contra à ascensão de movimentos políticos populares.

Ademais, esta unidade procura demonstrar como o panamericanismo influi na política nacional e como os movimentos sociais organizados como sindicatos e partidos políticos levaram a conflitos sociais em diversos momentos históricos, colocando, dessa maneira, o progresso e paz do Paraguai em jogo. Essa percepção, durante muito tempo,

foi difundida por historiadores como Moraes (2000), Pereira (2015), Lewis, (1986), para explicar a ascensão de Stroessner e questionada, principalmente, nos trabalhos de Paulo Renato Silva e Lorena Soler.

A autora traz manifestações artísticas distintivas de cada período histórico Paraguai adotando a periodização Velásquez (1985), relacionando arte e história em um projeto interdisciplinar que procura abordar cada movimento artístico e apontar questões ideológicas e sociais que influenciaram seu desenvolvimento. Avaliamos que essa maneira de construir a relação imagem-história favorece o trabalho da pedagogia da memória, pois possibilita ao docente em história, relacionar as imagens apresentadas com o presente, demonstrando as continuidades culturais e sociais paraguaias.

Crimi inicia a escrita da narrativa histórica a partir da exploração do termo imperialismo, adotando para a explicação didática acerca do conceito, elementos característicos e sobre Hobsbawm. Dessa forma, a exposição do movimento europeu de ocupação e recolonização da África e Ásia, estrutura-se por meio da constituição de uma narrativa de fato e consequência. Nesse caminho, o imperialismo evidencia a forma que a disputa por territórios e poder foi danosa para a Europa, levando-a a duas guerras mundiais e, por fim, à guerra fria.

Destacamos, assim, dois pontos: primeiramente, os povos africanos e as questões sociais, culturais, políticas relativas ao imperialismo europeu não são debatidas, sendo somente apontadas. Em segundo lugar, o explorador, no caso a Europa, passa a ser a vítima de sua própria exploração, pois foi, segundo Crimi, esta prática que a impeliu à guerra, que é no livro tratada como um elemento de desestabilização da organização social europeia, sendo causadora da ascensão do nazifascismo. Observamos, portanto, que a construção discursiva é baseada em causa e efeito, o que é predominante em todo o livro.

Salientamos que esta construção serviu também ao discurso historiográfico que se desenvolveu para descrever a ascensão de Stroessner, pois procura explicar este evento como causa da desorganização social e política paraguaia, relativa em grande medida às disputas sociais e políticas paraguaias. Assim, o golpe de Alfredo Stroessner, é tomado como consequência direta do desequilíbrio interno paraguaio, sendo esta a tese delineada primeiramente por Nickson (1999, 2014) e Lewis (1986).

Portanto, a narrativa de encadeamento dos eventos denominados como história global é articulada no discurso de Crimi para compactuar com sua visão historiográfica acerca dos motivos que levaram à ditadura Stroessner.

Com relação aos aspectos imagéticos, temos na primeira página uma fotografia que faz menção a uma das batalhas da primeira guerra mundial, sem notificar, entretanto, o estudante, qual é a batalha. Sendo assim, a fotografia deixa de ser informativa, para ser contemplativa, pois não nos traz informações para análise, apesar disso, passa a servir a Crimi como elemento conector do texto, já que demonstra a destruição da guerra e possibilita a autora reafirmar por meio da fotografia sua tese central.

Em seguida, temos nas duas próximas páginas atividades que têm como principal objetivo, descrever e fixar os eventos ocorridos nas duas guerras mundiais como elementos centrais do século XX, causadores de eventos subsequentes. Dessa maneira, a autora utiliza este evento como marco para a emergência de novas concepções culturais, sociais e políticas, denotando uma perspectiva histórica que caminha próximo a Hobsbawm e a sua famosa obra – a Era dos Extremos.

Logo após, o livro realiza sua primeira subdivisão e traz como elemento constitutivo de sua exposição os movimentos sociais, políticos e econômicos que ocorreram na Europa – sem, entretanto, mencionar os movimentos sociais e políticos da América do Sul – anteriores à primeira guerra, como a Revolução Mexicana.

Em seguida, enfatiza por meio do texto as causas que levaram o continente europeu à primeira grande guerra, em uma história calcada na perspectiva de causa e consequência. Crimi enfatiza neste tópico que será realizada:

una rápida revisión de los principales acontecimientos ocurridos en Europa en este siglo: entre los años 1914 y 1918 se desarrolló la Primera Guerra Mundial. En 1919, se firmaron los tratados de paz; el Tratado de Versalles fue firmado entre Alemania y los Países Aliados, las condiciones impuestas a Alemania fueron muy duras, como la ocupación de su territorio, la entrega de sus flotas mercantes, submarinos, buques, flota pesquera, cesión de ganados, vagones, locomotoras, cables submarinos y la indemnización de la guerra. Esto facilitó la formación de un gobierno totalitario. Adolf Hitler, líder del Partido Nacional-socialista Alemán de los Trabajadores, era de idea antiliberal, anticomunista, antisemita, racista, ideas que las había desarrollado en su libro *Mi lucha*. (Crimi, 2020, p. 12)

Observamos, assim, que a autora procura já, nesse parágrafo, apontar a perspectiva histórica à qual ela se vincula e que diz respeito à historiografia mais tradicional que confere, por exemplo, o nascimento do nazismo, a um sentimento revanchista, motivado pelo acordo de paz proveniente do tratado de Versalhes ocorrido ao final da primeira Guerra, elemento que sabemos não pode ser considerado o único para a ascensão do nazismo, como nos lembra Elias (1997) em sua obra “Os Alemães”.

Ademais, esse sentimento revanchista do povo alemão serve à autora, assim como a historiografia tradicional, para caracterizar o nazismo em torno de um personagem histórico, apagando, por meio de uma pedagogia da memória, o papel da sociedade alemã nos eventos ocorridos no período.

Essa perspectiva de Crimi será também utilizada para explicar o governo de Strossner, apagando, desse modo, a memória dos cidadãos comuns que apoiaram, contribuíram e mantiveram Stroessner no poder.

Outrossim, a personificação de eventos históricos em sujeitos desnaturaliza a possibilidade da ocorrência de outros movimentos totalitários, políticos, militares. Em suma, a história encampada por Crimi é a história personalista de grandes nomes, a autora não faz uma história pela perspectiva dos de baixo.

À vista disso, podemos salientar que a perspectiva de memória, com relação a eventos traumáticos, como o totalitarismo de extermínio, provocado pelas políticas nazistas, não é pela autora vislumbrado sob uma ótica conjuntural. Por consequência, essa sua representação do passado acerca dos regimes totalitários e das ditaduras, ganha proporções maniqueístas e o discurso historiográfico conduzido no livro didático passa a uma narrativa do bem contra o mal.

Não obstante, chama-nos a atenção a leitura historiográfica empreendida por Crimi acerca do fascismo italiano, da Revolução Russa, de 1917, e a posterior formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1922, que acata as percepções filosóficas e políticas, como mencionamos, de Hannah Arendt. Nesse momento, a autora estanca, pois, o nazismo, a experiência socialista soviética e o fascismo italiano sob o conceito de totalitarismo, sem explicar o conceito e quais os motivos que levam os três eventos a serem tratados da mesma forma, conforme podemos verificar no trecho a seguir:

En 1917, se produjo la Revolución rusa, con la que terminó la monarquía absolutista y se transformó en Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para 1922; se organizó el Partido Comunista, único permitido en el Estado totalitario; las tierras y las industrias se nacionalizaron y su economía fue planificada totalmente por el gobierno. Terminada la guerra, la situación de los países vencidos, las huelgas y los disturbios se multiplicaron, surgieron las ideas totalitarias y autoritarias como las que dieron origen al Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini; este tomó el poder en Italia en 1925, impuso la dictadura fascista y concentró todo el poder en sus manos. Suprimió los partidos políticos y sindicatos, mantuvo como único partido al Partido Nacional Fascista, que controlaba el Estado y se identificaba con él. (Crimi, 2020, p. 14)

Acreditamos que a narrativa histórica desenvolvida nesse trecho tem como finalidade elaborar um discurso que homogeneíze, de forma simples, toda e qualquer ditadura. Para além, que possibilite difundir o discurso hegemônico de que ao final da segunda guerra o mundo ficou dividido em duas grandes zonas de influência: uma de característica capitalista e outra de característica socialista. Novamente, a explanação aborda a história pelos grandes personagens e grandes feitos, como uma espécie de luta do bem contra o mal.

Sabemos que esse discurso histórico é o que fomentou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que assegurou legitimidade ao terrorismo de Estado empreendido por Stroessner, muito bem analisado por Padrós (2009), que assegura a manutenção de Stroessner, além da coerção de aparatos ideológicos que se difundiram no seio da sociedade paraguaia. Podemos, assim, arrazoar que a narrativa histórica proposta por Crimi é uma das permanências do stonato no ensino de história.

Pereira e Ibarra (2015) nos lembram que o regime de Stroessner difundiu suas motivações e garantiu sua permanência, não somente pela violência sistêmica e/ou perseguições, mas também por meio da construção de justificativas que foram amparadas pela conjuntura local, regional e internacional, à qual estava inserido e da qual fazia parte. Tais motivações eram sempre difundidas nos chamados livros didáticos stonista.

Avalizamos, assim, após a análise do material didático, tanto da editora Atlas quanto da editora Alianza, que o regime de Stroessner se manteve também pelo uso do aparelho de Estado e pela construção e difusão de uma cultura e política ainda existentes nos livros didáticos, mesmo após o fim do regime.

Notamos que a narrativa de ambos os livros didáticos irá adequar-se a esta linha expositiva, procurando construir um enredo, de fato e consequência nos moldes dos tradicionais livros didáticos de história do século XIX. Portanto, podemos assegurar que o uso de imagens, gráficos, filmes e outros instrumentos de ensino trazidos em ambos os livros e/ou utilizados por eles não servem à construção de uma nova abordagem histórica; servem sim, à manutenção de uma narrativa predominantemente tradicional.

Aqui a compreensão histórica costuma estar vinculada mais a aspectos morais do que políticos, sem agentes históricos, mas sim indivíduos convocados na história por um roteiro já determinado que deve ser cumprido por eles. Os atores sociais aparecem como passivos enquanto desempenham eficazmente o papel que a História (ativa) lhes determina. Tais explicações morais parecem dificultar a compreensão disciplinar da história, a incorporação do conflito como sua fonte ativa e a integração de identidades diferentes nas narrativas históricas. (Carretero, 2007: 257)

Desse modo, advertimos que o tópico cinco e seis da primeira unidade irá promover a construção de uma narrativa que caminhará ao encontro da forma como Lewis (1986) descreve a ditadura de Stroessner. Sublinhamos essa questão após verificar que o tópico cinco aborda as estruturas sociais e econômicas da América Latina e, em seguida, o tópico seis aborda os motivos que levaram à formação de ditaduras no Cone Sul.

Frisamos que é necessário perceber, nesse trecho do livro, que a DSN é apontada como promotora da contenção de revoluções e movimentos de caráter comunista. Portanto, a DSN é caracterizada como elemento político positivo, o que, evidentemente, ressalta a importância de Stroessner como protetor da nação paraguaia.

A partir desta seção até a unidade dois, teremos, no livro, a apresentação de personalidades paraguaias em diversas áreas da cultura, bem como de elementos culturais representativos do Paraguai e que são constitutivos de sua nacionalidade. De tal modo que as caixas de diálogos laterais, no canto esquerdo, apresentam trechos de canções, versos de poemas e de romances da literatura paraguaia. Já as caixas de diálogo, colocadas à direita do texto principal, apresentam biografias de personalidades culturais paraguaias.

Logo, podemos afirmar que a unidade da obra de Crimi constrói uma narrativa histórica distante dos pressupostos teóricos das novas concepções historiográficas. Além disso, podemos salientar que o material didático nesta primeira unidade não faz uso de nenhuma metodologia pedagógica não tradicional.

3.4 A 2ª unidade do livro e nossas percepções

Ao contrário da primeira unidade que propõe fazer uma análise global da história e dos eventos ocorridos no correr do século XX, esta unidade se propõe a posicionar o Paraguai nas conjunturas e estruturas globais como a Guerra Fria e a Doutrina de Segurança Nacional. A unidade dois terá como objetivo dispor, analisar e construir uma explanação relativa ao Paraguai do século XX e a sua estrutura social e política anterior a Stroessner.

Crimi irá apontar as relações locais e regionais que levaram o Paraguai às suas transformações políticas, econômicas e culturais no correr do século passado e de que forma a conjuntura global apontada na unidade anterior influenciou na política e no estado nacional paraguaio.

Acreditamos que este movimento de leitura história é extremamente necessário, pois promove a construção crítica do saber histórico, demonstrando que os movimentos

políticos, culturais locais foram até certo ponto reflexo de conjunturas e situações externas ao Paraguai. Entretanto, observamos que a emergência desta análise não privilegia os movimentos paraguaios e a organização das instituições e do povo paraguaio para a edificação de sua história e identidade nacional.

Dessarte, a unidade inicia-se versando a respeito dos processos históricos referentes à realidade paraguaia e à sul-americana e tem como capa o quadro da coleção de Javier Yubi, denominado *Aduana Central de Assunção*. Esta imagem, no contexto geral da unidade dois, tem o sentido prático de levar ao discente a percepção de que a capital paraguaia, logo, o Paraguai, no início do século XX, era “atrasado” e que somente após as transformações sociais ocorridas por meio da pacificação social, delineadas no final da unidade e trazidas pelo partido colorado é que a sociedade paraguaia adentrou em um período de prosperidade.

Sublinhamos aqui que o partido colorado será, para Soler (2021), Afonso (2017), Lima (2017), Moraes (2000), um dos elementos de permanência de Stroessner no poder, sendo, inclusive, um dos mecanismos de sua legitimação política.

Esta abordagem possibilita a validação do discurso de progresso que será associado a Stroessner e a seu governo, por intermédio do lema “*Paz y Progreso con Stroessner*”. O sentido do lema não será discutido de forma crítica em nenhuma unidade do material didático, fortalecendo, portanto, a memória de que o Stronato foi um período de avanços e de relativa paz social, o que, a nosso ver, compromete a luta por uma justiça de transição no Paraguai.

Paulo Renato da Silva, em seu artigo: **A invenção da “Paz e Progresso”: imagens e propaganda na ditadura Stroessner no Paraguai**, nos lembra que a vinculação deste discurso esteve presente nos chamados livros stronistas. Entretanto, enfatizamos que, mesmo após o fim do regime do General Alfredo Stroessner, esta construção discursiva ainda está presente nos livros didáticos paraguaios, sendo uma diretriz e linha motriz para o discurso histórico, de transformação do Paraguai ao longo do século XX, construindo uma espécie de destino manifesto paraguaio, em que Stroessner seria o pai fundador do Paraguai moderno.

Referente a esta questão, mencionamos a forma pela qual se estrutura a unidade dois do livro didático Paraguai.

1- Primer periodo nacional republicano. Elecciones. Golpes de Estado. Pactos políticos. Los principios republicanos en economía y política. Los intelectuales novecentistas- **2-** Demografía. Instalación de comercios, industrias, comunicaciones. Los enclaves tanineros y

yerbateros. Organización artesanal y obrera- **3-** Las fracciones partidarias, su rol en la revolución de 1904. Los principios liberales en economía y política. El movimiento librepensador, inestabilidad política, revoluciones de 1908 y 1912- **4-** El auge económico durante la Primera Guerra Mundial. Modernización urbanística, cambios en las costumbres. (Rivarola, 2020, p. 33)

Observamos, após leitura atenta que a unidade procura aferir uma representação histórica das questões sociais, políticas e econômica em âmbito local, demonstrando como se constituiu a sociedade paraguaia em suas diversas esferas. No entanto, nos ativemos nas terminologias empregadas e na forma como o conhecimento histórico é construído.

A história paraguaia é enunciada de maneira evolutiva e por comparação, ou seja, a autora procura erigir uma noção histórica em seu discurso, que aferrasse a concepção comparativa de passado e presente, procurando, com isso, demonstrar constantemente, como a divisão paraguaia em diversos partidos, organizações e grupos políticos levou o país a uma constante instabilidade política, o que é apontado por Lima (2017) e Afonso (2017) como um dos elementos fundamentais para a promoção de Stroessner ao poder em 1954.

Outrossim, evidenciamos que essa perspectiva é adotada, também, por Andrew Nickson (2010), e é, invariavelmente, a postura adotada nos discursos oficiais do governo paraguaio pós-Stroessner. Isso, em certa medida, acaba fortalecendo a concepção e o lema do ditador e de maneira subjetiva a memória do stronato é projetada como um período de paz e progresso e de estabilidade social.

Na esteira dessa abordagem, destacamos o texto explicativo da página trinta e quatro, que procurará edificar uma linha do tempo das sucessões, presidências, do período denominado por República Liberal. Apontando somente, sem nenhuma análise crítica a instabilidade política paraguaia, que teve fim apenas em março de 1912, reforçando o discurso de paz difundido pelo Stronato.

Avultamos que essa enunciação discursiva que compõe o livro didático é parte do mesmo discurso apontado por Soler em um de seus artigos intitulado: **El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares (1954-1970)**.

Ao mencionar que:

asumimos que el stronismo no fue simplemente un régimen que vino a garantizar la estabilidad política a partir de una “larga dictadura”, sino que implicó un profundo proceso de cambio de las estructuras económicas y políticas, que tuvieron su correlato en el orden simbólico. De ahí que el stronismo agenció una profunda dislocación del orden

social vigente y tuvo una especial precaución por la transformación del sistema educativo. Dicha modernización autoritaria convirtió también al sistema educativo en un aparato central para la persecución y control político. (Soler, 2015, p.12)

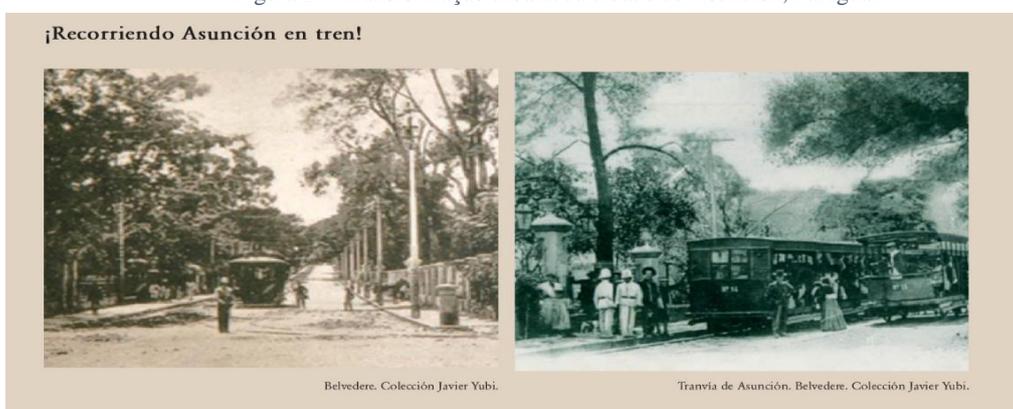
Logo, podemos afirmar que a concepção educativa do governo Stroessner e consequente confecção da memória acerca deste período ainda sofre influências das transformações ocorridas no sistema educativo paraguaio, durante o regime. Em especial, a reforma educacional de 1973 que estabeleceu a periodização que conhecemos hoje, a saber:

La estructura del sistema educativo fue organizado en dos años de preescolar (no obligatorio), seis años de escuela primaria (obligatorio), tres años de ciclo básico (común, especial y vocacional), tres años de bachillerato (bachillerato, comercial, normal y cursos profesionales), dos años de normal superior (continuidad de la formación normal para docentes) y la educación universitaria. (Soler, 2015, p.18)

Asseveramos que a memória relativa ao Stronato, vinculada pelo material didático, ainda é composta por elementos pertencentes à construção curricular do período stronista e que a proposta desta unidade é, por meio de uma linha do tempo, explicitar as discontinuidades e as instabilidades políticas de início do século XX. Denotando, primeiramente, ao partido colorado o sucesso da estabilidade política após a “*Revolución de los Laureles*”, evento transcrito na página trinta e nove do referido material didático como o primeiro movimento de sucesso político do século.

Conforme mencionado por Soler, os livros didáticos stronistas buscaram dar ao governo de Alfredo Stroessner motivos para sua existência, sendo que apontamos essa linha do tempo como uma das permanências do Stronato, tanto na memória histórica quanto na sociedade paraguaia. Evidenciamos e afiançamos esta proposição por meio da imagem da página trinta e cinco do aludido material didático.

Figura 2 – Transformação urbana da cidade de Asunción, Paraguai



Fonte: CRIMI, 2020.

A imagem compõe a conclusão de um dos subtópicos do capítulo e procura corroborar com a tese do desenvolvimento e o progresso paraguaio. Assim como abordado anteriormente, as duas fotos dispostas lado a lado procuram por meio do contraste e da oposição indicar a transformação urbana da cidade de Assunção. Sendo assim, essa imagem e o discurso veiculado pelo livro didático, analisados até aqui em nossa dissertação, buscaram disseminar a concepção de evolução social e ratificar a manutenção da historiografia tradicional, justificando a nosso ver o Stronato como um regime que possibilitou e contribuiu, conjuntamente com o partido paraguaio, para as modificações paraguaias.

3.5 A 3ª unidade do livro e nossas percepções

Sob o título **Hechos relevantes en el Paraguay entre 1920 y 1935**, a unidade três se propõe a analisar os feitos relevantes da história paraguaia entre os anos 1920 e 1935. Essa abordagem é evidentemente ideológica e preocupa-se em alicerçar e fortalecer uma memória paraguaia sobre os escombros do esquecimento e do apagamento intencional de eventos sociais, políticos, econômicos e culturais ali não mencionados. Caracterizados à luz do título como sem grande valor para o Paraguai, isso transmite, a nosso ver, a ideia ao público leitor de que pode ser esquecido.

Em termos gerais, a unidade articulou um discurso em sua maioria referente à guerra do Chaco¹⁵ e procurou apontar seus desdobramentos para a história nacional paraguaia. Ressaltamos que esta unidade é a primeira a ocupar-se somente de uma temática da história nacional paraguaia. Sendo assim, o organograma de disposição da unidade segue da seguinte forma:

1. Proceso de 1912 a 1924. Proceso de 1924 a 1936. Guerra del Chaco.
 4. Campañas militares
 5. Reclutamiento, arsenales, sanidad, transporte y aprovisionamiento durante la Guerra del Chaco
 6. Consecuencias de la Guerra
 7. Tratado de Paz del 21 de julio de 1938.
- (CRIMI, 2020, p. 47).

A unidade inicia com atividades que buscam, por meio de um questionário, apreender o que os discentes conhecem acerca da Guerra do Chaco e quais histórias já

¹⁵ A Guerra do Chaco é considerada um dos conflitos mais sangrentos na história contemporânea da América Latina. O conflito ocorreu de julho de 1932 até junho de 1935, entre Bolívia e Paraguai, em disputa pela região litigiosa do Chaco. De acordo com Paul Lewis, morreram 56.000 bolivianos e 36.000 paraguaios nesta guerra. Conforme LEWIS, Paul H. Paraguay, 1930-c. 1990. In: **BETHELL, Leslie. História de América Latina. V. 15. El Cono sur desde 1930.** Barcelona: Editorial crítica, 2002, p.187-215.

lhes foram narradas referentes a este evento da história recente paraguaia. Inclusive, acreditamos que é por esse motivo que Crimi, busca utilizar uma pedagogia construtivista e a metodologia de sala de aula invertida.

Ademais, observamos que nesta unidade o discente irá construir o conhecimento em diálogo constante com o docente, que será convidado a todo momento a analisar o período por meio da memória individual e da memória coletiva compartilhada entre os discentes após o questionário inicial. Assim, observamos que o livro possibilita ao professor apontar quais elementos dessas memórias foram edificados como propaganda. Dessa forma, é nessa unidade que primeiramente podemos observar a emergência de uma pedagogia da memória.

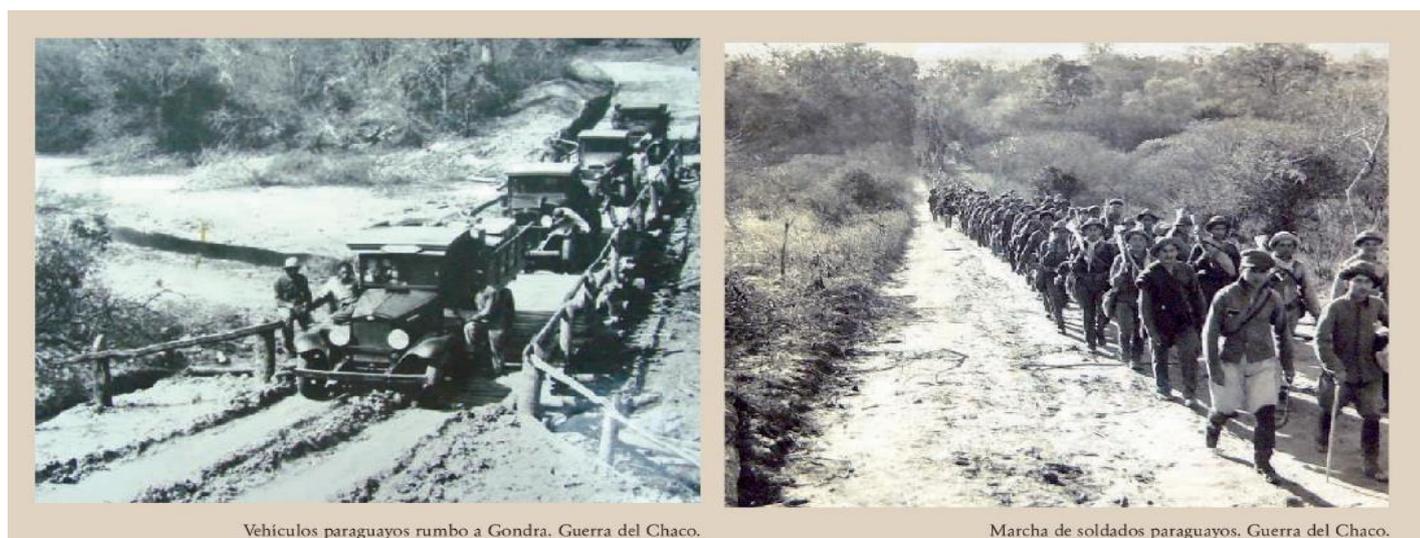
Compreendemos, assim como a autora, que há inúmeros desafios na construção dos saberes históricos, quando este se faz frente a um evento recente que podemos categorizar como uma história do tempo presente¹⁶. Apontamos, ainda, que o evento ao qual o livro faz menção é parte integrante e um baluarte da identidade nacional paraguaia, sendo, portanto, uma memória de intensa disputa discursiva e ideológica.

Assim, acreditamos que a possibilidade de trabalhar de forma dialógica com os saberes dos discentes é uma metodologia que torna mais eficaz a construção de uma pedagogia da memória, pois busca, por meio do diálogo e dos retalhos de memórias individuais, a construção de uma memória coletiva compartilhada socialmente, ao menos entre os discentes daquela classe.

De modo igual, as imagens apresentadas por Crimi, nesta unidade, nos trazem a ideia de um exército, forte, glorioso, organizado e patriótico marchando para o bem do Paraguai, o que possibilita compreender que a memória coletiva a ser construída em sala é uma memória relativa a homens e mulheres comuns e não a grandes líderes ou grandes combatentes, conforme podemos visualizar abaixo:

¹⁶ Utilizamos o termo ancorados na perspectiva conceitual de Hobsbawm, expressa em sua obra HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para o autor, a história do tempo presente é a história do próprio tempo de vida do historiador.

Figura 3 – Marcha de soldados paraguaios para a Guerra do Chaco.



Vehículos paraguayos rumbo a Gondra. Guerra del Chaco.

Marcha de soldados paraguayos. Guerra del Chaco.

Fonte: CRIMI, 2020.

Desse modo, podemos vislumbrar um discurso que enaltece na conjunção da oralidade, do imaginário popular e da imagem fotográfica do livro didático, a narrativa e a representação de uma nação, formada por homens comuns que marchavam em busca de seu progresso e seu futuro.

Contudo, após a fotografia acima exposta e presente na página cinquenta, a autora iniciará até a página de número cinquenta e oito, um texto que dará conta das designadas novas ideologias do século XX - nacionalismo, fascismo e comunismo-, e como elas se encontravam presentes no Paraguai.

Sublinhamos que, em nenhum momento, nem mesmo nos boxes ou textos complementares alocados às margens do texto e às vezes pouco explorados por alunos e professores, encontramos uma explicação conceitual do que venha a ser fascismo, nacionalismo e comunismo. O que acreditamos ser intencional, pois impossibilita a compreensão e apreensão real do conceito por parte do discente, contribuindo, assim, para a perpetuação de preconceitos e de interpretações errôneas.

Crimi procura elencar, por meio de mais uma linha do tempo, as transformações positivas realizadas no Paraguai pelos presidentes que governaram o país antes da Guerra do Chaco. Todavia, as transformações as quais menciona são enfatizadas por ela sob a ótica de uma história dos de cima, assim, a autora esquece os movimentos sociais de camponeses e operários, as greves de trabalhadores e enfatiza apenas os acontecimentos e eventos nos quais o governo e o presidente nacional são os personagens principais.

De tal modo que, ao mencionar os sucessivos presidentes, com suas fotos oficiais, dispostas nas laterais das páginas, a narrativa tradicional e a oficial se fundem, não contribuindo para uma história crítica ou para a construção de um contraponto reflexivo acerca da representação do passado e da memória que está sendo difundida no texto didático, conforme podemos observar na imagem a seguir:

Figura 4 – Cronologia tradicional dos presidentes paraguaios.

Paraguay entre 1920 y 1935

I. Proceso de 1912 a 1924

Reconocemos que la hegemonía liberal se había iniciado en 1904, la primera década iba de 1904 a 1912, conocida como era de la libertad, esta es la segunda década de supremacía liberal.

II. Gobierno de Eduardo Schaerer

Gobernó desde el 15 de agosto de 1912 hasta el 15 de agosto de 1916. Bajo su gobierno se vivió una relativa estabilidad política. En 1914, se inició la Primera Guerra Mundial; el conflicto bélico permitió al Paraguay la exportación de carne, azúcar y trigo al Río de la Plata y de allí a Europa. Desde 1880, se establecieron en el Paraguay varios centros comerciales europeos, pero se comercializó con Alemania, Francia, Inglaterra y España y también con la Argentina.

Antes del inicio de la guerra fue favorable para la exportación de la carne, el principal recurso con que contaba el Gobierno eran las ganancias de las exportaciones y las importaciones, cualquier variación en ellas le afectaba, con la guerra, el Paraguay aumentó sus importaciones de la Argentina: trigos, harinas, calzados, artículos de vidrio, sanitarios, ferrocarril, artículos, cosméticos: mancerba, sal, cebolla, linas secas, montañas, peces, bombones, sal, salsa de tomate, incluso agua mineral. También los Estados Unidos comenzaron a tener interés en la producción eléctrica de nuestro país.

Las empresas forestales crecían en el Chaco; se concedió a empresas privadas la explotación del albarado público, el servicio eléctrico y el transporte eléctrico se creó una zona avícola desde 1914. Se organizó el Museo y Jardín Botánico en la misma Urunday (1914), se creó la Escuela Militar (1915), y en 1919 pasó a denominarse Academia Militar Francisco Solano López (Academia).

Eduardo Schaerer fue el primer presidente civil que logró terminar su periodo presidencial.

III. Gobierno de Manuel Franco

Gobernó desde el 15 de agosto de 1916 hasta el 5 de junio de 1919. Bajo su gobierno se restauró la administración pública y hubo una estabilidad política; se estableció el voto secreto (1916) y el Registro Cívico permanente (1918). Se elevó el cementerio del Mangrullo (1916) y muchos edificios fueron trasladados al Cementerio de la Recoleta (que fue creado durante el Segundo Consulado); en el mismo año el país fue azotado por una pandemia de gripe. El presidente Manuel Franco falleció inesperadamente en 1919, le sucedió el vicepresidente José Montero.

III. Gobierno de José Montero

Gobernó desde el 5 de junio de 1919 hasta el 15 de agosto de 1920. Fue vicepresidente en ejercicio del Poder Ejecutivo, debido al fallecimiento de Manuel Franco. Su periodo de gobierno coincidió con el inicio de una gran crisis a nivel mundial a consecuencia del final de la Primera Guerra Mundial (1918). Durante su corto periodo de mandato se modificaron el plan de estudios de las escuelas normales y la ley orgánica municipal. Además, se fundó el Centro Feminista del Paraguay por María Falcón González en 1920.

IV. Gobierno de Manuel Gondra (Segunda presidencia)

Gobernó desde el 15 de agosto de 1920 hasta el 29 de octubre de 1921. En el país se sintieron los efectos de la crisis económica mundial. En 1921, la actividad comercial e industrial se redujo notablemente.

La población del Paraguay era aproximadamente de 800 000 habitantes, de los cuales 80 000 moraban en Asunción, se estima que 70% de ellos vivía en el campo.

El ferrocarril, que unía Asunción con Encarnación y el río Paraguay eran las columnas vertebradas del sistema de comunicación con el exterior. Una buena cantidad de la población seguía hundiéndose al surdeste argentino y al Mato Grosso en busca de mejores condiciones de vida. Así en 1920, 17 000 paraguayos fueron registrados en territorios ajenos.

Concretó una crisis política; el expresidente Schaerer ejerció una gran influencia en el gobierno de Gondra, pero promovió unirse con los liberales vintañeros, pero como el presidente no estuvo de acuerdo, el 29 de octubre renunció. El gobierno pasó a manos del doctor Félix Paiva (vicepresidente), quien entregó el poder al doctor Eleuthero Ayala el 7 de noviembre de 1921.

Fonte: CRIMI, 2020.

A autora, a nosso ver, inventaria em sua narrativa uma série de ações relativas aos governos e aos governantes paraguaios, descolando-os de suas conjunturas e realidades e aproxima-os de grandes heróis.

Acreditamos que essa construção discursiva se tornou necessária, pois a autora procurará, logo em seguida, discorrer acerca da Guerra do Chaco e de suas realizações e resultados em benéfico do povo Paraguai.

É na esteira desta nossa análise que apontamos como a autora opera seu discurso, atinente aos presidentes paraguaios e, em especial, ao presidente Eligio Ayala que, segundo o livro didático:

"Gobernó, en una primera presidencia, desde el 12 de abril de 1923 hasta el 17 de marzo de 1924 (gobierno provisorio). Luego, asumió la segunda presidencia desde el 15 de agosto de 1924 hasta el 15 de agosto de 1928. Inició su gobierno con una economía en crecimiento, las

finanzas públicas ordenadas, las Fuerzas Armadas en proceso de reorganización, manejaba los **recursos públicos con honestidad**" (CRIMI, 2020, p. 55, grifos nossos).

Observamos aqui a presença de um discurso que personaliza as práticas políticas de Estado e estabelece uma conexão entre a ordem e o denominado crescimento econômico à figura do presidente que é categorizado como um sujeito que manejava os recursos públicos com honestidade. Nesse sentido, a autora distingue este presidente dos demais. Acerca disso destacamos que existem instituições de Estado e prédios públicos atualmente que levam o nome do referido presidente.

Sendo assim, podemos verificar um alinhamento na proposição discursiva de Crimi com a memória estabelecida como verdadeira pelo Estado, reforçando e mantendo a política de memória do Estado Paraguai. Dessa forma, a autora não apresenta uma narrativa de oposição ou questionamento crítico aos presidentes paraguaios anteriores à Guerra do Chaco, pelo contrário, ela contribui para a manutenção da memória de Estado.

3.6 A Guerra do Chaco

O livro didático escrito por Crimi aborda o conflito da Guerra do Chaco na unidade três e procura demonstrar e fortalecer a narrativa oficial exposta pelo governo Paraguai. Assim, a Guerra teve início após um ataque sofrido por paraguaios que patrulhavam a fronteira com a Bolívia. Além disso, o conflito é explicado sobre uma perspectiva de causa e consequência, sendo o ataque boliviano motivado pela derrotada deste país frente a outro conflito, a Guerra do Pacífico, o qual é explanado pela autora em um dos boxes laterais em breve descrição e sem nenhuma análise.

Outrossim, o conflito entre Paraguai e Bolívia é representado por meio de grandes batalhas, em que há participação voluntária, constante e numerosa de mulheres e homens da sociedade civil. Conjuntamente com os grandes generais e em nome de uma justa defesa contra o invasor, eles se comprometem a lutarem pela defesa do território e da pátria. Assim, Crimi desenvolve uma narrativa de unidade nacional.

Salientamos que essa perspectiva de unidade nacional em nome de uma luta justa será implementada por Strossner como propaganda governamental. Entretanto, este escolherá, por sua vez, os subversivos e comunistas, aliando, portanto, seu discurso, ao contexto histórico global: a Guerra fria.

Dessa forma, o inimigo é categorizado, conforme mencionamos anteriormente, não por conceitos ou por elementos conjunturais, analisados criticamente e elaboradas em uma narrativa de caráter reflexivo. Crimi propõe abordar o inimigo nacional pelo viés maniqueísta, o que permite à autora, a nosso ver, a exaltação dos líderes militares e a continuidade de linhas do tempo, como mecanismo metodológico de explicação da história nacional, sempre carregadas e consagradas de personagens de caráter ilibado e de índole patriótica sem a qual o povo paraguaio não pode prescindir.

Logo, as batalhas como as de Nanawa, Gondra, Boqueron, Campo Via, e os nomes de Luis Irrazábal, José F. Estigarribia, Tte. de Zenteno, Eu-genio A. Garay, que figuram no livro didático, passam a desfilarem uma narrativa de exaltação à liderança e à perseverança do povo Paraguai, utilizando para isso, a proposta patriótica de O'Leary, desenvolvida no início dos anos 1920. Tal proposta refere-se ao papel de Solano López e, em especial, dos militares, frente as agressões promovidas pelo Brasil e pela Argentina, durante a Guerra Grande, como é conhecida a Guerra da Tríplice Aliança, nos livros didáticos paraguaios.

Aferimos que a adoção dessa proposta como meio de representar a instituição exército e a figura dos militares, bem como da guerra e da necessidade dos militares para a manutenção da ordem e da paz, fortalecem na narrativa da histórica atual a permanência da memória acerca do stronato. Essa memória é construída e desenvolvida no correr do stronismo e, ainda hoje, como podemos afirmar, pela narrativa proposta entre as páginas cinquenta e oito e sessenta e nove da referida unidade, extremamente presentes na memória que se conjura por meio do ensino de história.

3.7 A 4ª unidade do livro do nono ano e nossas percepções

Esta Unidade é a penúltima do Livro de Crimi a abordar eventos históricos da vida paraguaia no correr do século XX. Sendo assim, a autora propõe-se a abarcar nesta seção a história paraguaia anterior ao governo de Stroessner criando, a partir de seu discurso, elementos de causa que levaram ao Stronato. Logo, o objeto de sua narrativa são os eventos históricos ocorridos entre 1935 e 1954.

A autora, nessa unidade, continua elaborando sua narrativa centrada em grandes acontecimentos, feitos notáveis, grandes personagens e grandes heróis. Dessa maneira, não encontraremos nenhuma abordagem crítica ao período anterior ao stronato, pelo

contrário, o que veremos são reafirmações discursivas no livro didático de teses e concepções históricas já superadas pela historiografia especializada.

Os processos históricos percorridos pela autora versam sobre:

- ruptura militar nacionalista. Crisis del liberalismo, el pensamiento militar-nacionalista. Revolución del 36, sus principios. Fin de la Constitución de 1870. Tregua política y sindical. Reformas legislativas. Legislación agraria

- Gobierno del Gral. Higinio Morínigo. Represión social y política. Relaciones con el Eje durante la Segunda Guerra Mundial. Apoyo financiero de los Aliados. Creación del Banco del Paraguay, la Flota Mercante del Estado, COPACAR, IPS. Intervencionismo estatal. Primavera Democrática del 46

- Guerra civil del 47. El espectro partidario: liberales, comunistas, franquistas, colorados demócratas y guiones. Consecuencias políticas y sociales del conflicto

- Aspecto educacional-cultural: letra, teatro, música, lengua, periodismo y otros. Constitución de 1940 (CRIMI, 2020, p.75)

O subtítulo do início da unidade é bastante emblemático, pois a autora, por meio dele, convida o discente a conhecer o que ela denomina de processo histórico vivido no Paraguai entre os anos de 1935 e 1954. Contudo, Crimi nos apresenta, após esse seu subtítulo, eventos e fatos provenientes da história paraguaia em que os trabalhadores e as classes menos instruídos da população são apagados ou novamente silenciados do processo histórico, restando apenas para a confecção do passado que deve ser lembrado, ou seja, os grandes heróis e os grandes personagens.

Salientamos que, conforme exposto, em nossa análise da unidade anterior, a autora, ao trazer os militares à cena política, rompe em seu discurso a possibilidade de fortalecer a política de enaltecimento do exército como instituição mantenedora da paz e instituição política, algo que foi realizado no correr do governo Stroessner e que, inclusive, é um dos elementos daquilo que denominamos de stronato.

Dessa forma, Crimi inicia a exposição desta nova unidade, ressaltando a vitória no conflito com a Bolívia e as dificuldades de estabilidade política no Paraguai, algo que é abordado por ela como um dos elementos de causa do Regime de Stroessner. Isso denota sua filiação à concepção e à construção historiográfica de Andrew Nickson (2010) e ao discurso de propaganda difundido por Stroessner, tão bem apontado por Paulo Renato Silva e Rosângela de Jesus da Silva (2017).

A seguir, estendem-se entre as páginas setenta e sete e setenta e oito, atividades de fixação que buscam por meio de fotografias de época, atinentes à Guerra do Chaco provocar um sentimento de empatia no discente que deverá resolver uma atividade não

para analisar a imagem, mas sim imaginar a sensação dos soldados e da população após a guerra.

Por conseguinte, a autora não propõe no início da unidade nenhum texto reflexivo acerca desta questão e tão pouco desenvolve uma análise posterior à atividade. Crimi deseja, em nossa interpretação, com esta atividade estabelecer uma história subjetiva, em que um grande herói aparecerá e salvará o povo paraguaio daquela abominável tragédia retratada nas imagens anteriormente mencionadas.

Dessa maneira, podemos afirmar que a proximidade com a unidade concernente a Ditadura Stroessner, no material didático carrega elementos de uma historiografia já revisada, entretanto, ainda não plenamente, incorporada aos textos, atividades e boxes do livro.

Assim, podemos afirmar que há, por parte da autora até o momento, o apagamento das memórias divergentes ao discurso oficial e a história dos grandes homens, feitos e heróis. Em outras palavras há, portanto, por parte da autora, um silenciamento das diversas memórias individuais e coletivas antes da construção de uma narrativa histórica que possa dar conta da história paraguaia. Inferimos que Crimi se propõe a escolher o que esquecer e o que não lembrar.

José Carlos Rodríguez (2010), importante historiador paraguaio, nos lembra que o período abordado por Crimi é de nascimento de um autêntico nacionalismo. Muito desse sentimento deve-se à vitória dos paraguaios frente ao Bolivianos e a outra parte à releitura do passado paraguaio no que diz respeito à guerra grande.

Ademais, é neste período que o exército se solidifica enquanto agente político e a ideologia nacionalista se mesclará à instituição exército. Isso, somado à instabilidade política interna do Paraguai, produzirá o mito do herói militar encarnado em Stroessner. Evidenciamos, assim, que esta percepção historiográfica está presente na obra de Crimi, o que confirma que a autora teve acesso às novas produções historiográficas e que não as utilizou para a edificação de uma nova narrativa didática acerca das características históricas paraguaias anteriores a Stroessner por opção historiográfica.

Acerca disso, a autora nos aponta que é

este tiempo es el inicio del nacionalismo como ideología predominante del Estado, la segunda característica es el predominio del Estado en lugar de los partidos políticos; el Gobierno pasó a manos de los militares, al ganar la guerra estos adquirieron prestigio, poder y la voluntad de gobernar el país se extendió hasta 1947. (Crimi, 2020, p.102)

Podemos apontar por meio da citação acima, que a autora compartilha da visão historiográfica de José Carlos Rodríguez (1991), que se debruça sobre a militarização da política e, assim como Benjamín Arditi (1987), lançam mão em suas análises da concepção de que o stronato foi um regime não de exceção, mas sim de criação e desenvolvimento de uma normatividade própria.

Sendo assim, podemos afirmar que mesmo construindo e edificando uma narrativa dualista e muitas vezes maniqueísta, de caráter descritivo com elementos de causa e consequência, sempre protegida e aferrada a grandes feitos, heróis e datas, salientamos, que a autora lança mão de citações indiretas que denotam que sua visão historiográfica acerca do stronato é reformista.

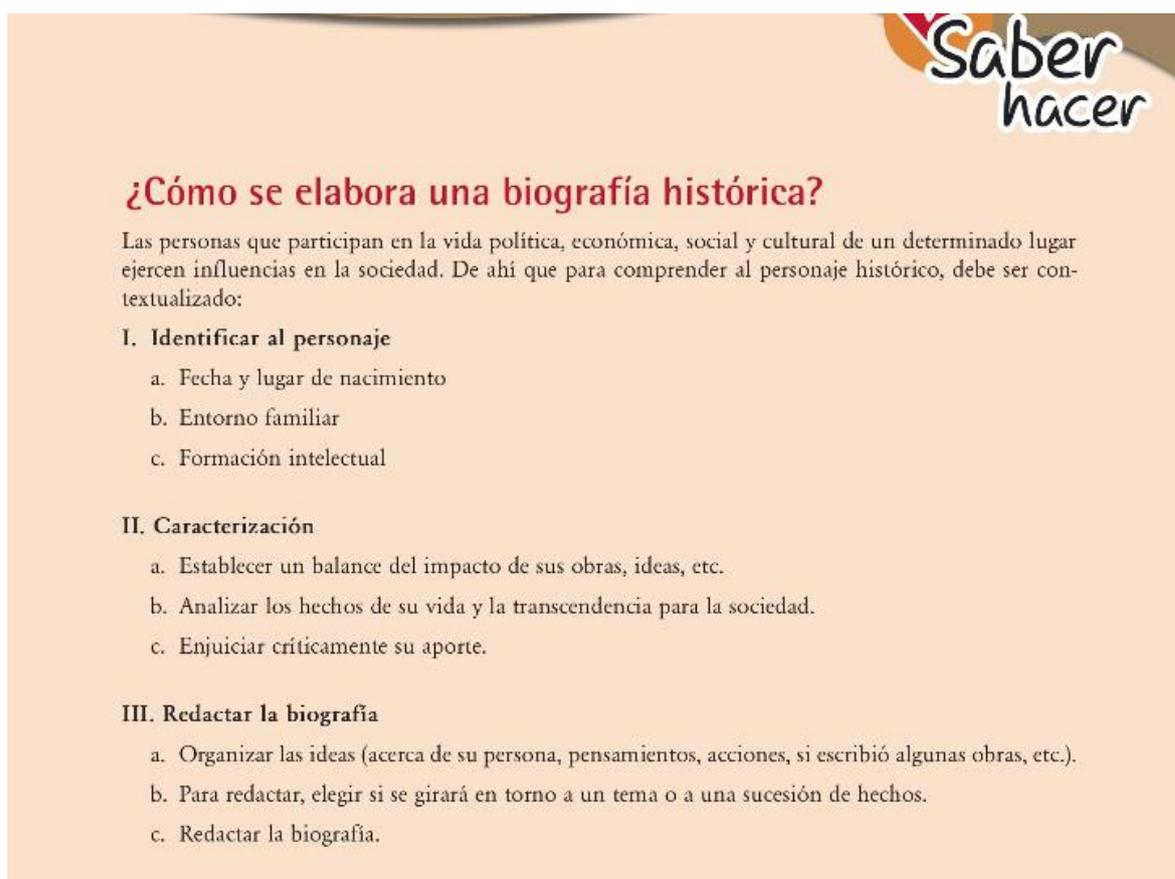
Partindo desta afirmação, acreditamos que a política de memória a qual o livro poderia se aliar seria de transformação e de modificação. Contudo, como é uma narrativa de caráter reformista, a autora não abate as memórias e os discursos erigidos no correr do stronato, pelo contrário, a autora busca harmonizar as divergências optando, portanto, para uma narrativa historiográfica em que o embate é escamoteado.

Ponderamos que a construção discursiva, implementada por Crimi, não responde ao problema da legitimidade ditatorial de Stroessner, o que a nosso ver inviabiliza a discussão atinente aos mecanismos de opressão e aos labirintos de obediência construídos pelo Estado ditatorial, impedindo, assim, o debate relativo à memória do período.

A continuidade do livro traz elementos que procuram afiançar o discurso historiográfico de Crimi, assim, a autora, nas margens do livro, elenca de forma linear, descritiva e com catalogação biográfica alguns dos presidentes paraguaios do período anterior a Stroessner, sempre ressaltando as querelas políticas e os distúrbios sociais e econômicos desses presidentes.

Ademais, as atividades são exercícios de fixação e de repetição por meio de pergunta resposta dos elementos descritivos por ela apontados em sua construção historiográfica. Assim, não existe nesta unidade exercícios que busquem atentar para relação de passado e presente ou para discussões de caráter interpretativo. Dessa maneira, acreditamos que as atividades expostas não contribuem para a construção de uma memória divergente da memória tradicional e romântica do passado paraguaio, portanto, as atividades a nosso ver reforçam e memória hegemônica. Acerca disso, chama-nos a atenção a atividade a seguir exposta na página 97:

Figura 5 – Modelo de atividade discente presente ao final de cada capítulo.



¿Cómo se elabora una biografía histórica?

Las personas que participan en la vida política, económica, social y cultural de un determinado lugar ejercen influencias en la sociedad. De ahí que para comprender al personaje histórico, debe ser contextualizado:

- I. Identificar al personaje**
 - a. Fecha y lugar de nacimiento
 - b. Entorno familiar
 - c. Formación intelectual
- II. Caracterización**
 - a. Establecer un balance del impacto de sus obras, ideas, etc.
 - b. Analizar los hechos de su vida y la trascendencia para la sociedad.
 - c. Enjuiciar críticamente su aporte.
- III. Redactar la biografía**
 - a. Organizar las ideas (acerca de su persona, pensamientos, acciones, si escribió algunas obras, etc.).
 - b. Para redactar, elegir si se girará en torno a un tema o a una sucesión de hechos.
 - c. Redactar la biografía.

Fonte: CRIMI, 2020.

Embora não seja possível por meio da imagem supracitada apontar e concluir que todo o livro de Crimi é construído e desenvolvido ao redor de personagens que ultrapassaram com seus feitos em vida a esfera particular e impactaram com suas obras, ideias e ações a vida social. Podemos, entretanto, assegurar que a utilização deste modelo didático, na unidade anterior na qual será construída a narrativa concernente ao stronismo, é representativo acerca do modelo interpretativo que se adotará ao redor da personagem, do General Alfredo Stroessner e quais elementos serão conjecturados como impactantes à vida social da nação paraguaia.

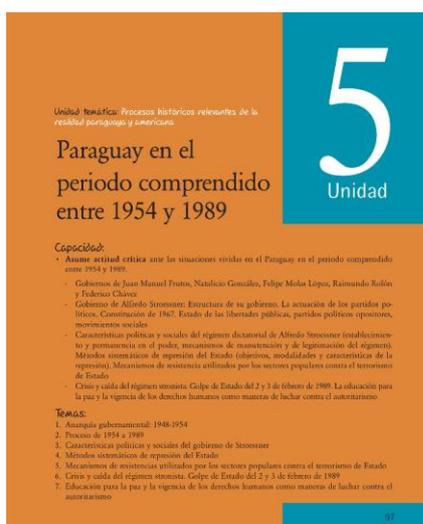
3.8 A 5ª unidade do livro do nono ano e nossas percepções

Essa última unidade por nós analisada do livro de Crimi tem como personagem central Alfredo Stroessner e os eventos ocorridos durante sua ditadura. A unidade inicia com a apresentação dos temas que serão abordados e das capacidades que o material

didático busca desenvolver nos discentes na página 97 e finda-se com uma atividade na página 116.

A distribuição dos temas, na página 97, faz-nos perceber que autora adota como texto referência para a construção discursiva acerca do período a obra do historiador Andrew Nickson (2010), que compreende a permanência de Stroessner como a conjunção de elementos políticos, militares e civis representados pelo partido colorado e pelo uso público da máquina estatal, conforme podemos perceber a seguir:

Figura 6 – Apresentação temática da Unidade 5



Fonte: CRIMI, 2020.

Salientamos que a apresentação do conteúdo mesmo fazendo uso, de divisões tradicionais da historiografia paraguaia, conforme define David Velásquez, organiza o conteúdo e a narrativa, primeiramente, reforçando a memória tradicional acerca das realizações de Stroessner. Entretanto, em seguida, passa a se referir aos meios utilizados para a manutenção de seu governo e, nessa construção, sublinha a resistência a autoritarismo por parte da sociedade paraguaia, sem, contudo, mencionar os mecanismos utilizados para a institucionalização do golpe.

Assim, após verificação ao longo da unidade, a escritora nos chama a atenção para a não apreciação em texto principal, dos Arquivos do terror. Sinalizamos que, dessa forma, a discussão atinente à memória do período é inviabilizada, reforçando uma vez mais nosso argumento de que Crimi procura a construção de uma memória de conciliação. Principalmente que, ao apresentar instituições, organizações e grupos como opositores ao regime, formula de forma acidental uma memória na qual os sujeitos pouco participaram do processo de superação do stronato.

Observamos que não se explora a forma pela qual o partido colorado solapou as instituições de Estado e se tornou hegemônico e, ainda, **ressaltamos que, no ano da aprovação desse livro, era um membro do partido colorado que estava à frente do Ministério da educação do Paraguai**¹⁷. Sendo o discurso difundido no livro didático, semelhante à narrativa tradicional que estabelece que a institucionalidade do poder de Stroessner reside na união entre Governo-Exército-Partido Colorado. A autora expressa essa concepção ao mencionar o enquadramento vertical do partido, sua "militarização" e a "coloradização" ou afiliação compulsória do exército ao Partido Colorado.

Assim, chama-nos a atenção a utilização de palavras e termos que na unidade cinco caracterizaram o período precedente a Stroessner, com o termo *anarquia governamental*, sendo o período no qual Stroessner é institucionalizado como presidente, denominado de *Governo de 1954 a 1989*, sem mencionar o aspecto autoritário ou ditatorial e remetendo a ideia de fim da anarquia.

Afiançamos, assim, que com a utilização desses termos e com a distribuição do conteúdo ao longo da unidade, a autora contribui para a solidificação de uma representação do discurso de paz e progresso difundido por Stroessner em sua propaganda, verificado na imagem a seguir.

Figura 7 – Propaganda do governo de Stroessner



Fonte: CRIMI, 2020.

Crimi, em sua narrativa, irá a todo momento demonstrar os avanços econômicos ocorridos durante o stonato e destacará as grandes construções e a denominada modernização paraguaia, que, segundo a autora, irá se espalhar por outros setores da vida social. Nesse sentido, o discurso nacionalista de unidade nacional por meio de uma cultura comum e o de harmonia e, por consequência, progresso é percebido em seu texto principal

¹⁷ Grifo nosso.

e reforçado nas fotografias e imagens que ilustram as margens laterais do livro, como podemos perceber a seguir:

Figura 8 – Exemplo da disposição de imagens e textos na obra

Obras de gobierno

En 1967, se convocó a la Convención Nacional Constituyente para redactar una nueva Constitución; participaron cuatro partidos políticos: Partido Colorado, Partido Liberal, Partido Liberal Radical y Partido Revolucionario Fcherrista. La Convención se reunió entre el 23 de febrero y el 25 de agosto de ese año, y promulgó una nueva Constitución que daba mucho poder al Ejecutivo, que tenía solo la obligación de presentar rendimientos de cuentas una vez al año al Congreso; además, el Ejecutivo tenía la facultad de disolver el Congreso.

En 1968, entró en funcionamiento la represa de Acaray, se creó un sistema de telecomunicaciones, radios eléctrica e inalámbricas. La Hidroeléctrica de Itaipú comenzó a construirse en 1974. Se creó la Dirección de Colonización Militar en 1976, con el fin de beneficiar a los ciudadanos del servicio militar, adjudicándoles lotes agrícolas. Aumentaron la producción de soja y arroz. También se realizaron importantes investigaciones con antropólogos como Branislava Susnik y León Cadogan.

En 1977, se realizó una enmienda constitucional que permitía la reelección ilimitada de Alfredo Stroessner. La mayoría de los liberales, entonces agrupados en el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), se retiró del Congreso. En su oposición a la reelección de Stroessner en 1978, el PLRA unió sus fuerzas con el MOPOCO y el partido Demócrata Cristiano para conformar la alianza llamada Acuerdo Nacional.

En 1980, vivían en el país 3 029 830 personas. El esplendor de las décadas anteriores comenzó a decaer cuando el grueso de la Hidroeléctrica de Itaipú se terminó; este hecho coincidió con la reducción del precio internacional de la soja y del algodón, lo que derivó en varios años de estancamiento económico. En 1983, al presidente fue reelecto en una reelección sin límites al

En 1988, resultó nuevamente reelecto, pero la reducción del crecimiento económico, los conflictos dentro de la cúpula del poder y la presión de las organizaciones sociales y políticas aceleraron la caída del régimen en la noche del 2 de febrero de 1989, cuando se produjo el golpe de Estado.

Respondo

¿Cómo podría calificarse el periodo comprendido entre 1973 y 1980? Justifico mi respuesta.

¿Cuándo y por qué comenzó a decaer la etapa de esplendor?

¡Más info!

Doctora Branislava Susnik

La antropóloga Branislava Susnik nació el 28 de marzo de 1922 en Medvedici, (Eslovenia-hoy nación independiente de la ex Yugoslavia). Estudió Prehistoria e Historia, Etnología y Lingüística en las universidades de Ljubljana, Viena y Roma. En 1947, llegó a Argentina y trabajó en el Museo Etnográfico de la Facultad de Filosofía donde empezó su trabajo de investigación sobre la lengua toba. En 1951, llegó a Asunción por un llamado estatal que le otorgó beca al doctor. Desde entonces y se dedicó a los trabajos etnológicos y científicos en el Museo Etnográfico. Fue directora del Museo Etnográfico y realizó varias excursiones que tiempo después le dio nombre a la institución. Sus trabajos de investigación fueron de gran importancia tanto en Argentina como en Paraguay. En 1956, se incorporó a formar parte de la Sociedad Científica del Paraguay, la Academia de la Lengua y el Centro de Estudios de la Lengua y Cultura Guaraní, la Asociación de Intelectuales del Paraguay así como del Centro de Estudios Antropológicos del Acervo Paraguayo, entre otros. En 1962, el Congreso Nacional ordenó su labor, además de su apertura a la cultura paraguaya distinguiéndola con el Premio Nacional de Ciencias. Entre sus principales obras se destacan: Los aborígenes del Paraguay (con Carlos Hahn 1946), Una visión socioantropológica del Paraguay del siglo XIX-XXI (1982), Una visión socioantropológica del Paraguay del siglo XXII (1991), entre otros varios trabajos. Falleció en Asunción, el 28 de junio de 2008. Sus restos descansan en el cementerio de la Recoleta.

Fonte: CRIMI, 2020.

Avultamos, assim, na imagem 8, as grandes obras de construção civil desenvolvidas no período Stroessner, expostas do lado esquerdo livro didático e que, a partir dos detalhes em azul no texto principal, passam a ser exaltadas pela autora, como grandes concretizações. Outro elemento é o boxe designado, *Mas info!* onde a autora busca evidenciar, por meio de uma distinta antropologista, os avanços científicos e culturais do Paraguai do período.

3.9 Destaques do livro didático referente ao governo de Alfredo Stroessner

Os destaques apresentados a seguir são fruto de nossa observação concernente ao livro didático e à leitura comparada da historiografia tradicional com a historiografia crítica recentemente produzida referente ao Stroessner. Destacamos que nossas observações não necessariamente esgotam o tema, entretanto, acreditamos que é de grande relevância para a compreensão do governo ditatorial de Alfredo Stroessner e para a compreensão da realidade política de um dos países que fazem fronteira com o Brasil e integram um bloco econômico e comercial com nosso país e que, mesmo assim, ainda é muitíssimo pouco estudado por nós.

Partindo destas observações e considerações, gostaríamos de salientar que Crimi não constrói uma narrativa crítica acerca dos meios que levaram Stroessner ao poder e

não procura construir uma nova memória por meio de seu material pedagógico, ao contrário, a afirmação de elementos, consagrados na historiografia, são repetidos em sua construção discursiva.

Assim, no início do texto referente a Stroessner, a autora destaca que este **recebeu** o poder do presidente anterior sem se referir ao evento de fevereiro como golpe militar. Logo, a autora não elucida como o governo anterior levou a cabo tal decisão. Podemos demonstrar pelo exerto a seguir:

"Stroessner, candidato del Partido Colorado, fue elegido presidente, y dio inicio a un largo periodo de gobierno, que logró sustentarse en un triángulo formado por las Fuerzas Armadas, el Gobierno y el Partido Colorado; así se convirtió en jefe del Ejecutivo, comandante de las Fuerzas Armadas y presidente honorario del Partido". (Crimi, 2020, p.103)

Em seguida, o material didático procura, conforme mencionamos anteriormente, destacar as realizações de Stroessner em benefício da nação paraguaia, sem apontar dissensos e contradições, nem mesmo oposição interna que, como nos lembra Moraes (2010), foi intensa. Dessa maneira, podemos verificar no texto de Crimi a construção discursiva que pode ser destacada por meio da frase a seguir: "La Guerra Fría fue un factor que ayudó a que el sistema se mantuviera por tan largo tiempo. Luego de apaciguar los espíritus realizó una serie de obras materiales gracias a los ingresos generados por la construcción de Itaipú". E mais adiante:

"El largo gobierno de Alfredo Stroessner abarca una serie de hechos que deben ser mencionados. Aplicó un programa de estabilización económica decidido por el Fondo Monetario Internacional, medida que se valió el apoyo de los Estados Unidos; los sectores agroexportadores y financiero fueron los beneficiarios del programa, y sostuvieron el régimen". (Crimi, 2020, p.103)

É nesta esteira discursiva que Agueda Crimi irá construir sua narração alusiva aos aspectos sociais e políticos do Governo de Stroessner, ressaltando a cultura do medo como elemento de manutenção do regime. Assim, Crimi irá dialogar com o artigo: **El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares (1954-1970)**, de Lorena Soler, Rodolfo Elías e Ana Portillo e sua respectiva afirmação:

[...] asumimos que el stronismo no fue simplemente un régimen que vino a garantizar la estabilidad política a partir de una "larga dictadura", sino que implicó un profundo proceso de cambio de las estructuras económicas y políticas, que tuvieron su correlato en el orden simbólico. De ahí que el stronismo agenció una profunda dislocación del orden social vigente y tuvo una especial precaución por la transformación del sistema educativo. Dicha modernización autoritaria convirtió también

al sistema educativo en un aparato central para la persecución y control político. (Soler, 2015, p.12)

Dessa maneira, observamos que, para Crimi, a crise que ocorreu antes do início da guerra, bem como a crise que se seguiu a ela, trouxeram à luz uma lacuna significativa: a falta de uma classe social ou uma aliança de classes com a competência de desenvolver um projeto político capaz de fortalecer a soberania do Estado. Essas crises revelaram a ausência de uma estrutura política coesa que pudesse efetivamente orientar o destino do país.

Nesse contexto, o stronismo emergiu como uma resposta para a crise de domínio que havia começado nos anos trinta, a qual foi agravada pela Guerra do Chaco e, apesar das tentativas anteriores de superação, ela não havia sido devidamente resolvida.

Dessarte, o stronismo, portanto, se estabeleceu como uma estratégia política das classes dominantes, destinada a preencher a lacuna de poder e a enfrentar as circunstâncias desafiadoras, dentre elas a organização dos movimentos populares, que havia persistido por anos. Stroessner surgiu como uma liderança forte para a elite dominante que, visando a superar não apenas as adversidades econômicas e sociais, procurava também suplantar a fragilidade política paraguaia.

Todavia, é importante ressaltar que o stronismo não apenas resolveu a crise de domínio de uma classe dominante que se estabelece ao seu redor de forma coesa, como produziu também uma cultura política ainda existente no Paraguai, elemento que não é apontado por Crimi em sua obra. O que fatalmente obstaculiza uma análise comparativa entre passado e presente.

Contudo, a autora, a nosso ver, inviabiliza a educação pela pedagogia da memória ao não mencionar as leis estabelecidas já em 1955 e que facultaram a construção jurídica do stronismo, tornando-o um regime de exceção de caráter peculiar para os padrões latino-americanos.

Avultamos que uma característica marcante da ditadura de Alfredo Stroessner é o uso manipulativo da legislação penal como uma ferramenta de controle social e político. Assim, a Lei 294 de 1955, intitulada: "**Lei de Defesa da Democracia**", é citada por exemplo de como o conceito de democracia foi distorcido para justificar ações repressivas.

Outra Lei, formulada em 1970, de número 209 e nomeada de: "**Lei de Defesa da Paz Pública e Liberdade das Pessoas**", amplia os poderes da polícia nacional paraguaia

e demonstra uma tendência persistente em usar a retórica da segurança e a noção de proteção como uma ferramenta para a supressão das liberdades individuais.

Logo, podemos destacar que, quando não menciona a legislação, o material didático não proporciona e/ou possibilita ao discente e ao docente a discussão dos aspectos legais que mantiveram a ditadura de Stroessner. Para além, impossibilita questionamentos críticos referentes aos motivos pelos quais essa legislação foi desenvolvida e criada, quem tinha interesse em sua aplicação, quem efetivamente ela alcançava e/ou quem ela protegia e perseguia como inimigos da democracia.

Crimi não proporciona uma análise crítica da manipulação da legislação penal durante a ditadura de Stroessner, deixando de evidenciar a contradição entre o discurso oficial e as ações reais do regime. Além disso, deixa de destacar como as estratégias de controle social e político podem ser disfarçadas sob a aparência de proteção e encobertas com o verniz da legalidade.

Em seguida, em novo subtítulo intitulado: **Características políticas y sociales del gobierno de Stroessner**, a autora, aponta em um quadro explicativo as características políticas e sociais do governo Stroessner, buscando ressaltar que a população paraguaia “tenía miedo para manifestarse”, reforçando a concepção já estruturada e exposta atinente à cultura do medo. Outro elemento presente na construção discursiva de Crimi é a concepção de fatores internos e externos que possibilitaram a manutenção do poder de Stroessner.

Uma ressalva de Crimi é que o quadro apresentado é construído para atender a uma política de 2008, instituída pelo Ministério da Educação (MEC), nos leva a formular a hipótese de que estes elementos a seguir expostos só ali estão, pois são necessários para a aprovação do material didático, junto ao MEC. Acerca disso, salientamos que a presidência da república estava sob as mãos de Óscar Nicanor Duarte Frutos, o primeiro presidente não católico e que, apesar de ser do partido Colorado, é caracterizado de esquerdista.

A seguir, expomos as páginas que comprovam o diálogo de Crimi com a perspectiva histórica de Nickson (2010). Encontramos assim, do lado direito da página os aspectos internos que, segundo Nickson, tornaram possível a implementação da ditadura Stroessner e, na página à esquerda, os elementos e fatores externos que fundaram a política policialesca de Stroessner.

Figura 9 – Características políticas e sociais do governo de Stroessner

3. Características políticas y sociales del gobierno de Stroessner

3.1. Estado de las libertades públicas, partidos políticos opositores, movimientos sociales

Las libertades públicas estaban restringidas. En la primera etapa del gobierno stronista los partidos de oposición y la disidencia colorada fueron prohibidos. En 1963, una pequeña facción del Partido Liberal reconoció la legitimidad del régimen y fue recompensada con bancas parlamentarias. Los partidos de oposición minimizaron sus actuaciones, pues el derecho más afectado fue el de la libertad de expresión.

3.2. Movimientos sociales

La población tenía miedo para manifestarse; por ejemplo, la ciudadanía intervenía en el Estado a través de los partidos políticos, pues no tener afiliación era sospecha de comunismo; en la mitad de la década de 1960, surgieron las Ligas Agrarias con el objetivo de que los agricultores reclamaran su tierra propia y el mejoramiento de sus condiciones de vida; los estudiantes también se manifestaron demostrando su descontento, estas movilizaciones solicitaban sus reivindicaciones que con frecuencia culminaban en represiones.

Atendiendo a un material preparado por el MEC (2008) sobre el autoritarismo en la historia reciente del Paraguay se abordarán los temas que siguen:

Mecanismos de manutención del régimen	Características
Alianza político-militar	Durante el gobierno stronista pudo mantenerse en el poder por tanto tiempo por la alianza entre las Fuerzas Armadas, la Asociación Nacional Republicana y el Poder Ejecutivo. Alfredo Stroessner fue comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, presidente de la República y presidente honorario de la ANR (Partido Colorado).
Pécbenda y obras materiales	Las personas que apoyaban al gobierno tenían la oportunidad de ocupar cargos públicos, mejorar sus condiciones de vida, para su familia y algún amigo, llegar a ejecutar grandes obras sin participar de una licitación, etc.
Subordinación de los poderes al Poder Ejecutivo	Durante el gobierno stronista todo estaba monopolizado o controlado por el Poder Ejecutivo. Para lograr que todos hagan lo que el gobierno quiera se recurría a: <ol style="list-style-type: none"> La represión: fuerzas policiales y militares que se movilizaban en la capital e interior del país. La politización: las personas que querían trabajar, estudiar, ingresar a la Policía o a la Escuela Militar debían afiliarse al Partido Colorado.
Parlamento o Congreso Nacional	Por Constitución de 1940, el Congreso Nacional era Unicameral, se llamaba Cámara de Representantes. En la Constitución de 1967, se instaló la figura de la Cámara de Senadores y Diputados con representantes de los partidos opositores, pero que siempre eran minoría.

Fonte: CRIMI, 2020.

Consejo de Estado	Creado por la Constitución de 1940, estaba conformado por los ministros, representantes de las Fuerzas Armadas y del empresariado, con potestad de sancionar decretos leyes.
Sistema electoral	El sistema electoral era ficticio, no permitía alianzas, no otorgaba garantías durante la campaña electoral, restringía el acceso de los medios de comunicación, no permitía la expresión de la oposición, se discriminaba la política e ideología, pues no permitía el pleno funcionamiento de los partidos políticos.

3.3. Mecanismos de legitimación

Además de los mecanismos de mantenimiento de su régimen de gobierno autoritario, Stroessner utilizó mecanismos de legitimación, es decir, justificando, legitimando en apariencia su gobierno. Era muy importante para contar con una imagen positiva a nivel internacional, pues debía convencer de que él continuaba en el Gobierno **por el voto del pueblo**.

Entre estos mecanismos se encuentran:

El anticomunismo: la lucha contra el régimen comunista que utilizaron los Gobiernos militares latinoamericanos durante la Guerra Fría para combatir con represión a los adeptos de estas ideas y movimientos. La cuestión era parar la propagación de la doctrina comunista como sea. En 1955, el gobierno de Stroessner, por medio de la Ley n.º 294, luchó tenazmente contra el comunismo.

Doctrina de la seguridad nacional: ideología potenciada por la Guerra Fría. Su objetivo era preservar la ideología del orden de la nación para combatir la sublevación. El Estado podía utilizar políticas de terror desde sus organismos de seguridad.

Estado de sitio: implicaba entregar la autoridad civil a los militares en caso de peligro. El gobierno stronista transcurrió en un estado de sitio permanentemente: estaban prohibidas las reuniones de personas, de gremios, sindicatos o partidos políticos. Las manifestaciones eran violentamente reprimidas por agentes policiales, se efectuaban detenciones de personas en forma arbitraria.

Leyes liberticidas: se utilizaban leyes que favorecían el mantenimiento del régimen dictatorial en el poder, estaban dirigidos al control y eliminación de personas opositoras al Gobierno.

Mis
anotaciones

Ressaltamos que não há nessas páginas a menção à construção de um arcabouço jurídico que viabilizou e prolongou os stronato. Além disso, os fatores internos e externos são brevemente apresentados e não há, por parte do discurso didático, seja nos boxes laterais ou em comentários no correr do texto principal, uma reflexão crítica que possibilite contextualizar esses fatores apresentados.

Entretanto, há um boxe em que conceitos autoritarismo, Estado de sítio e Estado de Direito são apresentados com sua configuração lexical, portanto, não há uma análise acerca destes conceitos e sua utilização durante o stronato. Acreditamos que a autora acaba deixando a função explicativa desses conceitos aos professores.

Ademais, não existe nos exercícios que se seguem nenhuma menção a esses conceitos, sua utilização e/ou funcionamento jurídico como mecanismo de manutenção de Stroessner. Todavía, o material didático apresenta atividades de consolidação que agenciam a promoção de Stroessner enquanto um presidente identificado com o progresso paraguaio, reforçando o imaginário referente ao mandatário ainda presente na cultura política paraguaia.

À vista disso, podemos reafirmar que a memória construída e difundida por Crimi, no correr de seu livro didático, não buscou, a nosso ver, a construção de uma pedagogia

da memória, em que os diversos atores sociais estivessem envolvidos e fossem percebidos. A autora, em sua edificação discursiva, procurou conciliar as memórias divergentes por meio de esquemas e quadros explicativos que delineiam o passado e aludem ao discente, a sensação de que aquele passado ali representado está cristalizado, portanto, toda forma de debate ou confrontação com o mesmo é parte de um discurso vazio e sem propósito.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas em relação ao material didático que aborda o governo de Alfredo Stroessner no Paraguai, é possível destacar algumas considerações cruciais. Primeiramente, a obra de Agueda Crimi não se apresenta como uma narrativa crítica que questiona os meios pelos quais Stroessner chegou ao poder e mantém assim, uma abordagem discursiva que repete elementos consagrados na historiografia tradicional.

Evidenciamos assim, a importância de se repensar o ensino de história sobre a ditadura de Stroessner nos livros didáticos paraguaios. Acreditamos que é necessário, considerar as múltiplas vozes e perspectivas que compõem a história, bem como utilizar metodologias pedagógicas que estimulem o pensamento crítico e a reflexão sobre o passado como por exemplo a pedagogia da memória.

Lembramos, que a autora deixa de mencionar a crise que precedeu o início do Stronato e sua continuação mesmo durante o regime, revelando dessa forma, uma lacuna significativa na análise da história política paraguaia. O stronismo surge como uma resposta a essa crise, conforme salienta: Lewis (2002), Nickson (2010), Soler (2012, 2015), entretanto, Crimi não explora sua influência duradoura na cultura política paraguaia, o que dificulta a nosso ver por parte do discente a percepção de um elo entre passado e presente, tornando, inútil uma análise de base comparativa atinente às permanências e rupturas presentes na cultura política paraguaia.

Além disso, a autora deixa de destacar o papel da legislação durante o governo de Stroessner, em particular as leis que foram usadas para justificar a repressão e a supressão das liberdades individuais. Essa omissão impede uma discussão crítica sobre a manipulação da legislação penal durante o regime, bem como sobre quem se beneficiava e quem era alvo dessas leis.

Ademais, a autora não apresenta em sua obra uma seção ou unidade dedicada aos movimentos de oposição à ditadura Stroessner, demonstrando assim, encontrar-se distante e desatualizada acerca da bibliografia relativa ao período, pois, deixa de fazer uso por exemplo do trabalho de Graziano Uchoa de 2017 intitulado: **Repressão e resistência: o governo Stroessner e os grupos de guerrilha 14 de Mayo e FULNA (1954-1970)**.

Diante disto, podemos afirmar que os discursos proferidos pelos livros didáticos paraguaios moldaram uma mentalidade acerca do Stronato e tornaram-se instrumentos de

controle da memória, proporcionando uma governamentalidade e um controle hegemônico das relações de poder no interior da educação e da difusão da memória acerca desse período, conforme os interesses da classe dirigente e dos agentes políticos envolvidos não suscitando o desenvolvimento de uma narrativa plural e contra hegemônica acerca do stronato.

Acreditamos, que a produção de uma memória contra hegemônica se faz necessário, pois, a memória não é estática, sendo ao contrário, fluida, parcial, distorcida, conforme nos lembra Barros (2018), entretanto, a concepção de Memória, entendida por Crimi, ainda considera a memória como armazenamento de dados ou a atualização de vestígios, muitas vezes imprecisos. Acerca disso, ressaltamos a existência de um campo de estudos devidamente aceito e disciplinado, denominado "Memória Social", que teve suas reflexões pioneiras a partir do ensaio, "Memórias Coletivas", publicado por Maurice Halbwachs em 1950. A memória é viva e possui um dinamismo próprio da vida, tal como denota Nora:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora, 1984: XIX).

Afiançamos, que ao perceber a memória como um elemento em constante transformação, construção e difusão o historiógrafo transforma sua maneira de atentar-se ao passado, uma vez que, o que é lembrado é uma ode que procura esquecer e apagar outras histórias, assim, a dialética presente em lembrar e esquecer antes de pertencer apenas ao campo da memória passa a ser motor de observação ao historiador, sendo pois, uma nova ferramenta para a compressão de eventos históricos, em especial, os eventos traumáticos como uma ditadura.

Afirmamos, que o uso da memória enquanto instrumento de análise possibilita uma reflexão imanente a história de longa duração contribuindo para a promoção de um discurso histórico que se atente para as permanências e rupturas relativas à cultura socio política e cultural de uma nação, grupo ou instituição.

Além disso, após análise cuidadosa da obra de Crimi, podemos concluir que o processo de difusão histórica, realizado por meio de material didático, carece de profundidade epistemológica e crítica e impossibilita o uso da memória e da pedagogia da memória como ferramenta de estudo por compreender a história política paraguaia de

forma escatológica e como uma sucessão de governos deixando, portanto, de compreender a história em seu contexto e em sua estrutura.

Sendo assim, acreditamos que o uso da pedagogia da memória, possibilita recriar e restabelecer pontes, rememorando e reclassificando os esquecimentos e esquecidos, introduzindo a dialética do esquecimento/lembrança, cocriando uma continuidade ao tempo dos homens aos homens. A Memória Coletiva, é o que nos diz Halbwachs, feita também de descontinuidades, mas só que descontinuidades discretas facilmente disfarçáveis em continuidade.

Embora Crimi, aponte a cultura do medo como elemento de manutenção do regime e como elemento de sua continuidade, ela não oferece uma explicação concernente ao conceito e ou uma análise crítica da maneira como a administração de Stroessner usou essa estratégia e a retórica da segurança e da proteção nacional para justificar suas ações repressivas.

Podemos assim, avultar que o processo de construção discursiva erigido por Crimi, não estabelece uma relação entre passado e presente no plano simbólico, cultural e das representações. Outrossim, a autora em seu livro didático comunga da visão tradicional de história política e da forma positivista e linear de compreender o processo histórico, corroborando assim, para uma governamentalidade da cultura política paraguaia, fortalecendo a história e a memória hegemônica, tornando inviável, a utilização do livro didático como mecanismo para a promoção de uma pedagogia da memória que promova a justiça de transição e superação de eventos traumáticos.

Por fim, é relevante destacar que o conteúdo do material didático pode ter sido influenciado por políticas educacionais vigentes em 2008, iniciadas já nos anos 1990 de caráter neoliberal. Chamamos a atenção a este fato, pois a presidência do Paraguai esteve sob o comando de Óscar Nicanor Duarte Frutos (2008), que é membro do partido Colorado o mesmo que tonou lícito o governo de Stroessner. Logo, acreditamos que essa conjunção de fatores e este contexto macropolítico possam ter exercido alguma influência sobre a abordagem do Stronato no material didático, entretanto, não realizamos a referida investigação que acreditamos ser necessária e que procuraremos realizar em estudo posterior.

Destarte, a análise crítica do material didático revela lacunas e omissões importantes na abordagem do governo de Stroessner, deixando de explorar aspectos cruciais da história política e social do Paraguai durante esse período. É fundamental

considerar essas limitações ao utilizar esse material em contextos educacionais e buscar fontes complementares para uma compreensão mais abrangente do tema.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. **Currículos de História e políticas públicas: os programas de História** 1. ed ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AFONSO, B. R. Os livros didáticos produzidos durante a ditadura militar brasileira e a ditadura de Stroessner no Paraguai: o ensino de história e as versões da Guerra do Paraguai (1959- 1983). **Dissertação de mestrado**. 2017.
- AMBOS, Kai. **El marco jurídico de la justicia de transición.**; MALARINO, Ezequiel; 2009.
- ANDRADE, C. D. DE; BAPTISTA, A. B. **A paixão medida**. 1. ed ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. D. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas**. p. 17, Coimbra.
- BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da História. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 33,
- BARROS, J. D. **Tempos e lugares da memória** – Uma relação com a História.
- BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008a.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b.
- BLOCH, Marc. L. B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner. 5ª edição. Asunción: **Centro de Documentación y Estudios (CDE)**; El Lector, 2006.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Brasil, Zahar, 1988.
- BOURDIEU, P. et al. **O Poder Simbólico**. 2a edição ed. São Paulo Edições 70, 2011.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006
- O Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 28-41 v. 8, n. 1, p. 9–30, 2017.
- _____, Peter. **Variedades da história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CALVEIRO Pilar. “Puentes de la Memoria: terrorismo de Estado, sociedad y militancia.” En: **Revista Lucha Armada en la Argentina**. Año 1. Número 1. Pp. 71-77. 2006.
- CARBONE, R.; SOLER, L. (EDS.). **Stronismo asediado: 2014-1954: orden político, sexualidades, cuestión obrera, ritualidades**. Asunción, Paraguay: Germinal; Arandurã Editorial, 2014.
- CARRETERO, M. **Ensino Da História E Memória Coletiva**. 1a edição ed. [s.l.] Penso, 2007.

CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. **Revista Educación y Pedagogía. Medellín**, v. 13, n. 29-30, p. 209-229, 2001.

_____, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004

_____, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação, Pelotas**, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

CRIMI, de Villasboa, Águeda. **Historia y Geografía 9. Noveno Grado**. Asunción: Grupo Editorial Atlas, 2020

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito fundamental à memória**. Curitiba: Juruá, 2010

DAVIS, Natalie Zemon; STARN, Randolf (1989), “Introduction: Memory and Countermemory”, *Representations*, 26, 1-6

DE CERTAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense. (1982)

DELACROIX, C. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. São Paulo: Fgv Editora, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005 DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DORATIOTO, F. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 1a. reimpressão ed. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2002.

FERRAZ, J. DA. F. **A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória**, 2006.

FICO, C.; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (EDS.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. 1a. ed ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Portugal, Almedina, 2014.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. **Nascimento da biopólitica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GABRIEL, Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria Monteiro et Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 220-257, 2020. 256 et.al. (org.). **Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 23-40.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

- GONDAR, Jô. **Quatro Proposições sobre Memória Social**, in: GONDAR, Jô; HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HANCOCK, B. *Trent Focus for Research and Development in Primary Health Care: An Introduction to Qualitative Research*. Nottingham: Trent Focus, 2002.
- HARTOG, François. **A testemunha e o historiador**. In: _____. PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p.11 41.
- HERÓDOTO. **História**. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988
- HUYSSSEN, Andreas. **Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público**. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Intercom, 2004, Porto Alegre.
- JODELET, Denise. **Pensée sociale et historicité**. *Technologies, Idéologies, Pratiques*, Aix-en-Provence, v. 8, n. 1-4, p. 395-405, 1989. Numéro spécial psychisme et histoire.
- _____. **Conflits entre histoire mémorielle et histoire historique**. **Psicologia e Saber Social, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 2, p. 151-162, 2012. didática da ciência. *Química Nova*, São Paulo, v. 20, p. 563-568, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Cambio de experiencia y cambio de método. Un apunte histórico-antropológico**. In: KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo**. Barcelona: Paidós, 2013a, p. 43-92.
- LAKATTOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodología científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAURENS, Stéphane; ROUSSIAU, Nicolas (Dir.). *La mémoire sociale: identités et représentations sociales*. Rennes: PUR, 2002. In: VILLAS BÔAS, L. **História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3290>. Acesso em: 23 out. 2023.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEWIS, Paul H. **Paraguay, 1930-c. 1990**. In: BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. V. 15. *El Cono sur desde 1930*. Barcelona: Editorial crítica, 2002, p.187-215.
- LOPES, Alice Casimiro. **Conhecimento escolar em Química: processo de mediação**
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Brasil, Editora Vozes, 2019.
- MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980)**. Campinas: Papirus, 1987.
- MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, M. G. (ED.). **Historia general del Paraguay**. Asunción, Paraguay: Fausto Ediciones, 2013.
- MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963**. Edipucrs, 2000.
- MUCHAIL, Salma. T. **Foucault, simplesmente: textos reunidos**. São Paulo, SP: Loyola, 2004.
- MUNAKATA, K. **Da didática da História à história da História ensinada**. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 251-267, 2013. Acesso em: 12 fev. 2023. n. 65, p. 17-60, 2013.

- NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo. Editora Contexto, 2014.
- NICKSON, Andrew. **El régimen de Stroessner (1954-1989)**. In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 291-292.
- NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, v. 53, n. 2, 2010.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- PADRÓS, E. S. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 30–45, 2009.
- PEREIRA FARIÑA, C. R.; IBARRA, G. A consolidação do Regime de Stroessner e a Guerra Fria. **OP SIS**, v. 14, n. Especial, p. 243–265, 16 mar. 2015.
- POMIAN, K.; MARTÍNEZ SOLIMÁN, M. **Sobre la historia**. 1 ed ed. Madrid: Cátedra, 2007.
- REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. de Alain François. São Paulo: UNICAMP, 2008.
- RIVAROLA, Milda. **La rescisión del contrato social**. In: CARBONE, Rocco & SOLER, Lorena (org.). *Franquismo en Paraguay: el golpe*. Buenos Aires: Loco. 2012, p. 46.
- ROBIN, Regine. Entre histoire et mémoire. In: MÜLLER, Bertrand (Dir.). **L’histoire entre mémoire et épistémologie** –Paul Ricoeur. Lausanne: Payot, 2005. p. 39-73.
- RODRIGUES JUNIOR, O.; GARCIA, T. M. F. B. Manuais de didática da história: contribuições para entender suas especificidades. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p. 275, 31 jan. 2017.
- RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RODRÍGUEZ, L. G. **Dossier Educación y dictadura en el Cono Sur**. v. 4, jun. 2015.
- ROUSSIAU, N.; BONARDI, C. **Les représentations sociales: état des lieux et perspectives**. Sprimont, Belgique: Mardaga, 2001.
- RÜSEN, J. **História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007.
- SÁ, Celso Pereira; MENANDRO, Paulo Rogério M.; NAIFF, Luciene Alves Miguez (Org.). **Psicologia social e o estudo da memória histórica**. Curitiba: Appris, 2013
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24a edição ed. São Paulo - SP: Cortez, 2018.
- SILVA, Paulo Renato da & SILVA, Rosangela de Jesus. La invención de la “Paz y Progreso”: imágenes y propaganda en la dictadura del general Alfredo Stroessner en Paraguay. In: SILVA, Rosangela de Jesus & LUCERO, María Elena (org.). **Política, memoria y visualidad: siglos XIX al XXI**. Barcelona: Foc, 2017.
- SILVA, Paulo Renato da. “Lecciones de história paraguaya”: (re)leituras da história do Paraguai pelo stronismo. In: **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Natal,

2013. Anais. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370993984_ARQUIVO_anpuh2013.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

SOLER, Lorena. **Paraguay, la larga invención del golpe: el stronismo y el orden político paraguayo**. Buenos Aires/Montevidéo: Imago Mundi Ediciones/ Cefir, 2012, p. 15.

SOLER, Lorena Marina; ACOSTA, Rodolfo Elías; PORTILLO, Ana; El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares (1954-1970); Pontificia Universidad Católica de Chile; **Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación**; 4; 6-2015.2009.

SANTOS, A. C. M. DOS. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SCHMIDT, Maria; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 2 ed., São Paulo: Editora Scipione, SILVA, P. A. D. da. Omnilateralidade e as concepções burguesas de educação integral. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 218–227, 2015

SILVA, P. R. DA. Uma historiografia sobre a “falta”: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). **Revista de História**, n. 177, p. 01–28, 17 dez. 2018.

SOBANSKI, Adriane de Quadros; BERTOLINI, João Luis da Silva; FRONZA, Marcelo; CHAVES, Edílson Aparecido. **Ensinar e aprender História: histórias em quadrinhos e canções**. Curitiba: Base Editorial, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan; SALAZAR, Miguel. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TURBIAUX, M. Laurens (Stéphane), Roussiau (Nicolas), La mémoire sociale. Identités et représentations sociale, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2002. **Bulletin de psychologie**, v. 56, n. 465, p. 435–436, 2003.

UCHÔA, G. Resistência armada no Paraguai: a luta contra a ditadura de Alfredo Stroessner. **Revista SURES**, v. 1, n. 4, 24 jun. 2014.

VELÁZQUEZ SEIFERHELD, David. Reparar el pasado. In: VALINOTTI, Ana Barreto et al. **Paraguay: ideas, representaciones & imaginarios**. Asunción: secretaria nacional de Cultura, 2011, p. 177.

VELÁZQUEZ, R. E. **Una periodización de la historia paraguaya**. Asunción - Paraguay 1985.

VILLAS BÔAS, L. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, p. 244–258, jun. 2015.

ZOMER, L.; SILVA, T. A. DA. Perspectivas e reflexões sobre última ditadura paraguaia: trajetórias de pesquisa e os estudos de gênero. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 12, n. 2, 30 dez. 2019.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. MASCENA, S. C. R. **Tecendo os fios da memória: palavra e memória nos romances de Mia Couto.** Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29811>. Acesso em: 23 out. 2023.